

ELSON RODRIGO DE SOUZA SANTOS

**INTERNACIONALIZAÇÃO DOS BANCOS ESTATAIS BRASILEIROS - LEGADO
DO GOVERNO LULA: 2003 - 2010**

**CURITIBA
2011**

ELSON RODRIGO DE SOUZA SANTOS

**INTERNACIONALIZAÇÃO DOS BANCOS ESTATAIS BRASILEIROS - LEGADO
DO GOVERNO LULA: 2003 – 2010**

**Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Econômico
(PPGDE), Setor de Ciências Sociais
Aplicadas, Universidade Federal do
Paraná, como parte das exigências
para a obtenção do título de Mestre.**

**Orientador: Prof. Dr. Armando
Dalla Costa**

**CURITIBA
2011**

TERMO DE APROVAÇÃO

ELSON RODRIGO DE SOUZA SANTOS

**INTERNACIONALIZAÇÃO DOS BANCOS ESTATAIS BRASILEIROS - LEGADO
DO GOVERNO LULA: 2003 – 2010**

Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Federal do Paraná, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências Econômicas, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Armando João Dalla Costa (Orientador)
Departamento de Economia - UFPR

Prof. Dr. Marcelo Luiz Curado
Departamento Economia - UFPR

Prof. Dr. Rodolfo Coelho Prates
Departamento Administração - Universidade Positivo

CURITIBA
ABRIL/2011

AGRADECIMENTOS

Depois de mais de dois anos de crises existenciais, ondas de depressão e euforia, noites em claro jogando ou indo a lugares badalados no meio da semana, acordando tarde entre outras. Entretanto, produzindo muito e lendo a respeito de assuntos aparentemente interessantes que estão sintetizados nessa dissertação. Uma rotina impossível se não contasse com o apoio do CNPQ que infelizmente será repensada.

Primeiramente, gostaria de agradecer meus pais pelo apoio em cursar a graduação e mestrado em economia, mesmo sem nunca realmente entenderem o que faço, nem o que estudo e menos ainda para que serve ou como vou ganhar dinheiro com isso.

Em seguida o Prof. Armando que conseguiu compreender a minha forma de trabalho e auxiliar na minha tentativa de ter uma vida acadêmica. Sem esquecer Mauricio Bittencourt e João Basílio Pereima.

No mestrado agradecer quatro pessoas. Leila como pessoa mais próxima que posso chamar de amiga. Os assuntos quase nunca eram econômicos, mas oxigenavam a mente. Seguida de Camila, Tatiana e Adilson.

Dois grupos de pessoas que precisam ser citadas.

Um do Fórum Defesa Brasil, especialmente o Tulio Moreira e Rui Moura, que auxiliaram muito em discussões econômicas. Com o primeiro travei debates intermináveis defendendo que o mundo não iria acabar com a crise de 2008/2009 ou o dólar/Estados Unidos implodir. Com o segundo de que o euro realmente não fosse tão benefício para Portugal incorporando o espírito reclamação típico do camarada, mas que não significava um plano de dominação econômica alemã com o objetivo de erguer o quarto Reich. Pelo menos, parecia que não.

O outro chamado de X que contempla todos que tiveram alguma contribuição para estar terminando o mestrado. Desde a senhorita Y que passei de perfeito a personificação do mau em menos e seis meses. Todas as outras que legal que você faz mestrado.

“I don't have any fear of a crash. No fear of that.
Of course, on a fifth gear corner with a fence
outside, I don't want to crash. I'm not crazy. But
if its near the end of practice, and your trying
for pole position maybe, I guess you can squeeze
the fear” (Gilles Villeneuve)

RESUMO

Na última década, dois bancos públicos brasileiros se destacam como líderes no processo de internacionalização das instituições financeiras nacionais: BNDES e Banco do Brasil. O primeiro como um banco de desenvolvimento que financia empreendimentos no exterior favoráveis a economia brasileira. O segundo encara a internacionalização como forma de atingir novos mercados e se fortalecer como um conglomerado financeiro como se fosse um banco múltiplo privado. Ambos os casos possuem características de diferentes devido a natureza institucional, mas confluem para liderar o processo de internacionalização de instituições financeiras brasileiras. Ao mesmo tempo colocando como parte da visão de negócio manter a solidez da instituição, competitividade, lucratividade e melhor desempenhar o papel de instituição pública. Quando se compara a trajetória e estratégia do BNDES e Banco do Brasil com congêneres de outros países é observável que os casos não são singulares. Os bancos de desenvolvimento de porte mundial tende a apoiar a internacionalização da economia e empresas nacionais exercendo o poder financeiro do Estado a ponto de se aproximarem da lógica de funcionamento de banco de investimento privado. Por exemplo, o Banco de Desenvolvimento da China é um dos grandes financiadores da internacionalização da economia chinesa ou coreano KDB que possui uma estratégia de ser um dos 20 maiores bancos de investimento do mundo até 2020. Por outro lado, o Banco do Brasil adotou a estratégia de ser um grande conglomerado financeiro no formato de uma instituição privada que possui como acionista majoritário o Estado e que mantém algumas funções públicas desde que não prejudiquem a solidez da instituição. Assim, a visão de internacionalização do Banco do Brasil guarda semelhanças com o processo de outros grandes conglomerados financeiro brasileiro, o Itaú/Unibanco e em menor escala o Bradesco.

Palavras-chave: Bancos Públicos. Internacionalização. Sistema Financeiro

ABSTRACT

In the last decade, two state-owned banks in Brazil stand out as leaders in the process of internationalization of domestic financial institutions: Banco do Brasil e BNDES. The first as a development bank that finances ventures abroad in favor of the Brazilian economy. The second sees internationalization as a way to reach new markets and grow stronger as a financial conglomerate as if it were a private multiple bank. Both cases have different characteristics because of an institutional nature, but come together to lead the process of internationalization of Brazilian banks posing as part of the business vision to maintain the soundness of the institution, competitiveness and profitability together role of public institutions. When comparing the trajectory and strategy of BNDES and Banco do Brasil with counterparts in other countries can be observed that the cases are not unique. Development banks to develop world-class tends to support the internationalization of the economy and national companies performing financial power of the state about to move closer to the operating logic of private investment bank. For example, the Development Bank of China is a major financial backer of the internationalization of the Chinese or Korean that KDB has a strategy of being one of the 20 largest investment banks in the world by 2020. Moreover, the Banco do Brasil adopted the strategy to be a big financial conglomerate in the form of a private institution that has as majority shareholder and that the State maintains some public functions since they do not affect the soundness of the institution. Thus, the vision of the internationalization of the Banco do Brasil has similarities with the case of other major financial conglomerates of Brazil, Itaú / Unibanco and Bradesco to a lesser extent.

Key words: State-owned Bank. Internationalization. Financial System

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 – Fusões e Aquisições do Setor Financeiro: 1990 – 1999

Quadro 1 – Comparativo entre Itaú/Unibanco, Bradesco e Banco do Brasil: Dados 2008/2009

Gráfico 1 – Crescimento da Oferta de Crédito: 2000 – 2010 (em mi de R\$)

Gráfico 2 - Crescimento dos desembolsos do BNDES (em bi de R\$)

Gráfico 3 – Lucros do BNDES (em mi de R\$)

Tabela 2 – Destino dos Desembolsos do BNDES: 2010

Tabela 3 – Capitais Brasileiros no Exterior: 2001 – 2007 (em US\$ milhões)

Quadro 2 – Objetivos Estratégicos Para Empresas e Sistemas Produtivos

Gráfico 4 – Acionistas do Banco do Brasil: 2009 (em %)

Quadro 3 – Expansão Internacional do Banco do Brasil: 1960 - 1980

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 BANCOS PÚBLICOS E INTERNACIONALIZAÇÃO	15
2.1 INDÚSTRIA BANCÁRIA	15
2.2 INTERNACIONALIZAÇÃO BANCÁRIA	17
2.2.1 Visão Convencional	17
2.2.1 Evidências Empíricas	18
2.2 BANCOS PÚBLICOS E DE DESENVOLVIMENTO	20
2.2.1 Bancos Públicos	20
2.2.2 Bancos de Desenvolvimento	22
2.3 CONCLUSÃO	24
3 GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA: BANCOS E INTERNACIONALIZAÇÃO	25
3.1 PERSPECTIVA HISTÓRICA	26
3.2 REGULAMENTAÇÃO, DESREGULAMENTAÇÃO E REINVENÇÃO	30
3.2.1 Regulamentação	30
3.2.2 Desregulamentação e Liberalização: Novos Cenários	32
3.2.3 Consolidação Bancária	34
3.2.4 Reinvenção do Negócio Bancário	37
3.3 INTERNACIONALIZAÇÃO E NOVA ESTRATÉGIA	40
3.4 CONCLUSÃO	43
4 BANCOS BRASILEIROS E INTERNACIONALIZAÇÃO	44
4.1 INDUSTRIALIZAÇÃO E SISTEMA FINANCEIRO	45
4.2 INDÚSTRIA BANCÁRIA BRASILEIRA	47
4.2.1 Origens e Crescimento do Capital Bancário	47
4.2.2 Bancos Públicos	50
4.2.3 Reestruturação dos anos 1990s	51
4.3 INTERNACIONALIZAÇÃO DOS BANCOS BRASILEIROS	55
4.3.1 Fatores Propulsores	56
4.3.1.1 Construção Institucional dos Bancos Nacionais	56
4.3.1.2 Fortalecimento dos Bancos Nacionais	57
4.3.1.3 Concorrência Estrangeira	58
4.3.1.4 Mercado Interno	58
4.3.1.5 Cenário Externo	59
4.3.1.6 Necessidade de Explorar Novos Mercados	59
4.4 EVIDÊNCIAS	60
4.5 CONCLUSÃO	63
5 BNDES: TRAJETÓRIA INTERNACIONAL E PODER ESTATAL	64
5.1 ORIGEM, FUNÇÕES E ESTRUTURA	65
5.2 ESTRUTURA ATUAL E ESTRATÉGIA DE AÇÃO	68
5.3 INSERÇÃO INTERNACIONAL	72
5.3.1 Panorama de Internacionalização Produtiva	72
5.3.2 Estratégia de Atuação	74
5.3.3 Comparação Internacional	77
5.4 CONCLUSÃO	79

6 BANCO DO BRASIL E INTERNACIONALIZAÇÃO	80
6.1 PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	81
6.2 QUADRO ATUAL E ESTRATÉGIA.....	84
6.3 INTERNACIONALIZAÇÃO	87
6.3.1 Antecedentes	87
6.3.2 Retração	90
6.3.3 Nova Onda	91
6.4 CONCLUSÃO	93
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	98

1 INTRODUÇÃO

Durante a gestão do Presidente-operário Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) o processo de internacionalização das empresas brasileiras foi intensificada, tomando como política de Estado visando o posicionamento proativo no cenário internacional nos âmbitos econômico e político. Nas palavras de Lula, proferidas no Fórum Econômico Global de Davos em 2005:

“Uma coisa que eu tenho provocado sistematicamente nos empresários brasileiros é que eles não devem ter medo de virar empresas multinacionais, que não devem ter medo de fazer investimentos em outros países, até porque isso seria muito bom para o Brasil”. (CERVO, 2009).

A ênfase do Presidente Lula não era encontrada em governos anteriores apesar do movimento de internacionalização produtiva ganhar contornos fortes desde idos da década de 1970 através da participação da iniciativa privada e públicas. Recentemente, entre 2001 e 2008, a internacionalização dos agentes brasileiros cresceu tendo como evidências o investimento direto no exterior passa de US\$ 49 bi em 2001 para 122 em 2008, o número de declarantes de 11 mil atinge 16 e o total de investimento de US\$ 68 bi para 170.

Para Cervo (2009), o apoio à internacionalização figura como um dos aspectos da política externa brasileira que busca complementar o modelo de desenvolvimento econômico e ter voz independente. Uma das principais faces é a integração latino-americana evoluindo da unificação dos mercados de Itamar Franco, integração da infraestrutura da época de Cardoso e integração institucional, produtiva, energética e empresarial defendida pela Lula. As outras faces emergem ao impulsionar a integração com países em desenvolvimento da África e Ásia, sem negligenciar as boas relações com os países desenvolvidos do eixo América do Norte e Europa. Em paralelo, fortalece a necessidade de instituições financeiras que deem suporte a internacionalização produtiva. Não necessariamente seguindo os clientes que se lançam ao exterior, mas sim visualizando oportunidades de expansão e investimento aprofundando a integração financeira, beneficiada pelo bom momento da economia brasileira e mundial.

Entre as instituições financeiras brasileiras privadas que ampliam a participação no exterior se destacam Itaú/Unibanco e, em menor escala, Bradesco. O primeiro nasceu da fusão dos tradicionais e maiores bancos múltiplos brasileiros, Itaú e Unibanco, em 2008 visando a explicitamente o ganho de escala para ser competitivo no cenário internacional tendo como foco na América Latina e Europa (VALOR ON-LINE, 2010). O Bradesco iniciou o avanço internacional através da aquisição da rede IBI de cartões de crédito no México e aumento da participação no português Banco Espírito Santo com foco na África (EXAME, 2010), mas ainda assim oficialmente mantém seu foco no Brasil. Ambos buscam novas oportunidades de negócios além das fronteiras brasileiras, especialmente explorando as vantagens competitivas em relação ao mercado de varejo enfrentando grandes concorrentes como espanhol Santander e britânico HSBC.

Entretanto, cabem aos bancos públicos a liderança no processo de internacionalização de instituições financeiras em destaque o Banco do Brasil (BB) atuando como um conglomerado privado e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como banco de investimentos. Ambos em algum grau seguem as diretrizes do governo federal incorporando objetivos políticos a rota de expansão internacional.

O BB após ter passado pela reestruturação na década de 1990 passou a atuar como um banco privado mantendo algumas funções pontuais de instituição pública, desde que não prejudiquem a solidez e competitividade da instituição. No âmbito internacional, constitui uma das instituições financeiras mais internacionalizadas do Brasil incorporada a estratégia de negócio desde idos da década de 1970, quando estavam presentes nos principais mercados financeiros mundiais e operações como reciclagem de petrodólares. Porém entrou em hibernação nos anos 1980s e retornando a estratégia do Banco apoiado pelo Governo e com foco nas Américas (inclusive, Estados Unidos), Europa, África e Ásia, enfatizando a atuação como conglomerado financeiro. A estratégia de inserção internacional apresenta semelhanças a bancos múltiplos privados brasileiros como Itaú/Unibanco e Bradesco e europeus como Santander que não apenas atuam na esfera financeira e atendimento a grandes clientes, mas também no preenchimento dos nichos de mercados que exigem a compra de bancos locais com o deslocamento das atividades bancárias.

O BNDES constitui um dos principais e maiores bancos de desenvolvimento do mundo que passou a aumentar seu envolvimento internacional na medida em que apoia a inserção internacional da economia brasileira. O centro das operações do Banco está em projetos de internacionalização de empresas e outros investimentos que resultem em benefícios à economia nacional, mas contemplando angariar recursos e firmar parcerias no cenário internacional. Dessa forma, a estratégia de internacionalização está intrinsicamente relacionada às necessidades das empresas produtivas e diretrizes do governo central nas esferas de política industrial e externa. Entretanto, não é um movimento novo entre os bancos de desenvolvimento (BD), especialmente em países emergentes com crescente internacionalização da economia. Por exemplo, o China Development Bank (CDB) e Korea Development Bank (KDB) que possuem estratégias agressivas de inserção internacional. Em destaque que o KDB não deseja apenas ser um banco de desenvolvimento, mas se situar no seleto grupo de 20 maiores instituições financeiras do mundo até 2020.

Desde cenário, emerge o objetivo do trabalho de analisar a estratégia de inserção internacional promovida pelas duas instituições públicas: BB e BNDES. Preliminarmente, o BB atua e pensa a internacionalização como um banco privado em grande parte descolado do setor real, mas conta com o apoio estatal. Dessa forma, o foco da análise se aproxima de conglomerados financeiros privados. Por outro lado, o BNDES como um BD constitui uma faceta da política industrial e externa do país acompanhando o movimento de outros bancos de desenvolvimento de países emergentes como China e Coreia, mas coloca a eficiência e solidez da instituição como pilares de gestão para novos investimentos.

A dissertação está organizada em forma de ensaio em que cada capítulo com exceção do primeiro representa um artigo com argumentações que contemplam aspectos diferentes e complementares. Assim, a obra está dividida em cinco capítulos.

O primeiro traça o panorama teórico sobre a integração financeira, internacionalização bancária unida ao papel dos bancos públicos e BD. Permitindo uma visão preliminar da abordagem teórica utilizada para a construção da argumentação do trabalho.

O segundo discute a visão geral sobre integração financeira, internacionalização bancária e papel dos bancos públicos. O principal objetivo é analisar o movimento global referente a internacionalização bancária e as metamorfoses dos bancos públicos relevantes para a análise aplicada s instituições brasileiras.

O terceiro mantém o foco do capítulo dois e concentra a discussão no Brasil constituindo o centro do trabalho, pois sintetiza a análise das mudanças institucionais e de cenários internos e externos sobre o comportamento dos bancos brasileiros em relação a opção de internacionalização.

O quarto capítulo aprofunda a discussão sobre o BNDES que representa um importante instrumento de poder financeiro do Estado que acompanha as necessidades produtivas e políticas do governo referentes ao apoio a internacionalização. Seguindo a tendência da estratégia de outros bancos de desenvolvimento.

O quinto e último capítulo apresenta a estratégia do Banco do Brasil referente a internacionalização enfatizando como uma instituição de controle acionário público pensa muito próximo a uma instituição privada e incorpora a expansão internacional como forma de fortalecer a posição no mercado.

2 BANCOS PÚBLICOS E INTERNACIONALIZAÇÃO

Para tratar da análise da internacionalização dos bancos públicos brasileiros este capítulo apresenta duas referências teóricas. Uma relacionada a competição e internacionalização bancária tendo como ator principal um banco. A outra focando nos bancos públicos como forma do Estado intervir no sistema financeiro e viabilizar a oferta de crédito e serviços a nichos que a priori não interessariam a iniciativa privada.

2.1 INDÚSTRIA BANCÁRIA

Sob o aspecto microeconômico os bancos (ou intermediários financeiros na perspectiva mais geral) representam uma empresa (ou firma) especial por que vendem um produto não palpável e agem no mercado de forma peculiar. Por exemplo, se uma empresa do setor real encontra clientes dispostos a pagar mais pelo seu produto tendem a aumentar a produção e oferecer mais bens no mercado. Entretanto, se for um banco, dada as particularidades do mercado de crédito como risco de inadimplência, a mesma situação possui efeito inverso, pois a instituição tende a ficar inclinada a não aceitar o negócio devido ao risco de não pagamento e comprometimento da saúde financeira. Assim, o olhar sobre a estratégia de inserção no mercado de um banco precisa ser encarado em uma perspectiva diferente de uma empresa produtiva.

O negócio do banco apresentou alterações de foco e ampliação das oportunidades ao longo das últimas décadas na medida em que a liberalização e desregulamentação acompanhadas da abertura de novos mercados. Dessa forma, permite a instituição fazer mais do que a função clássica de intermediar poupadores e tomadores de empréstimos, adicionando ao escopo do negócio produtos e serviços desenhados para as necessidades de nichos de mercados, além de explorar as oportunidades no mercado financeiro. Ao olhar este movimento Dymski (1999) enfatiza que no fim do século XX os bancos mudaram e reinventaram o seu negócio para sobreviver. Não apenas explorando o mercado interno consolidado, mas atraindo os potenciais clientes entre os não-bancarizados e buscando a conquista de oportunidades além das fronteiras nacionais.

Entre as modalidades de bancos comerciais criados ao longo da história se destacam os de varejo e investimento, intensificados após a década de 1930 quando a reforma bancária norte-americana serviu de modelo para outros países criarem instituições em ramos separados. Entretanto, países como Alemanha e Suíça mantiveram o tradicional modelo de banco universal (ou múltiplo) de permitir que a mesma instituição atue em diferentes mercados configurando conglomerados financeiros. A partir da liberalização e desregulamentação dos anos 1980s, a figura do banco múltiplo voltou a ganhar força sugerindo três motivos por Rich e Walter (1993, p. 310 - 311): i) possuem vantagens competitivas derivadas da diversificação, capazes de explorar as economias de escala e escopo; ii) pequenos bancos múltiplos tendem a ter melhor capacidade de sobrevivência frente a grandes bancos; e iii) as formas que aparecem os bancos universais não é única.

A indústria bancária nas últimas décadas assistiu o movimento de “consolidação bancária” através do movimento de fusões e aquisições impulsionado pela desregulamentação e liberalização dos mercados. Segundo Berger *et al.* (1999), tendo como efeitos diretos como elevar o poder de mercado e/ou aumentar a eficiência devido a forçar maior competição entre os agentes, aumentar a gama de serviços, como indiretos a melhora da eficiência do sistema de pagamentos. Especificamente, Dymski (1999, p. 50 – 51) aponta quatro razões para a defesa das fusões: i) bancos fortes podem absorver os mais fracos prevenindo crises; ii) cresce a segurança e diversificação de mercados; iii) aumento da produtividade por meio da exploração das economias de escala; iv) escopo.

Para Mishkin (1998) as reformas liberalizantes ocorridas a partir dos anos 1970s levaram o mercado bancário norte-americano a consolidação através da redução do número de bancos comerciais e fortalecimento de determinadas instituições que emergem das fusões e aquisições. Trazendo a redução da fragmentação do mercado bancário dos Estados Unidos e proliferação de bancos interestaduais (atuação em mais de cinco estados), vista como benéfica por impulsionar a diversificação, busca de novos mercados, negócios e incrementar a eficiência.

Na Europa, Dermine (2002) observa que uma das bases para a integração econômica e viabilização da moeda única, o euro, era criar um mercado bancário único que proporcionasse maior eficiência e competitividade. Para Chick e Dow (1997) o resultado foi a destruição de estruturas bancárias centenárias e o movimento de concentração pan-europeu, dando oportunidade de crescimento aos bancos melhor adaptados. Entretanto, Dermine (2002) e Chick (2006) concordam que a tentativa de criação de um mercado único não cumpriu seus objetivos de proporcionar eficiência e competitividade, mas sim foram úteis para forçar a concentração e abrir margem ao surgimento de grandes bancos.

2.2 INTERNACIONALIZAÇÃO BANCÁRIA

O movimento de internacionalização possui antecedentes no século XIX ao acompanhar ao primeiro movimento de internacionalização financeira liderada pelos britânicos. Pós-1945 surgiram teorias visando explicar o movimento de internacionalização bancária norte-americana relacionando ao investimento direto produtivo. A partir da década de 1990 nasce uma onda de estudos dando novas perspectivas ao estudo da internacionalização baseada em dados empíricos por considerarem a bancária não ter tanta relação com o investimento direto, mas buscando novas determinantes.

2.2.1 Visão Convencional

A partir de 1960 começam a surgir trabalhos que visavam explicar a internacionalização de empresas produtivas em destaque as contribuições de Dunning (1988). Baseadas no “*eclectic paradigm of international production*”, principal pilar teórico para explicação da internacionalização ao unir aspectos diferentes como vantagens da propriedade (da firma possuir uma instalação própria), localização (referente às vantagens de espalhar diferentes plantas produtivas e se associar a outras empresas ao redor do mundo) e explorar o ciclo de vida do produto.

Por outro lado, a base teórica para abordar o fenômeno da internacionalização da firma bancária precisa de outra perspectiva por que o negócio bancário é diferente. A nova base esteve presente em trabalhos introdutórios como Kindleberger (1969), Grubel (1977) e Aliber (1984) que passam a considerar a internacionalização bancária como relacionada positivamente ao investimento direto, pois quanto maior o investimento direto, maior é a demanda por produtos e serviços financeiros que abrem mercado para a ação de bancos estrangeiros. Além da entrada de bancos estrangeiros estarem relacionadas a maior eficiência em relação aos locais. Ambas as perspectivas inspiradas na internacionalização bancária liderada pelos norte-americanos em idos da década de 1960/1970.

Outro efeito da internacionalização dos bancos é a possibilidade de abertura do mercado a concorrência estrangeira e provocar mudanças estruturais da indústria bancária. Segundo Dages *et al.* (2000) as razões para um país abrir o mercado bancário com a facilidade de acesso a fundos estrangeiros, capacidade de atração de capitais, estabilidade macroeconômica, competição e eficiência do sistema bancário. Adicionalmente, a abertura a instalação de bancos estrangeiros no país serve como garantia de estabilidade ao sistema bancário nacional na medida em que essas instituições poderiam recorrer os fundos de suas matrizes para evitar a falta de liquidez.

2.2.1 Evidências Empíricas

A partir da década de 1990 inúmeros trabalhos empíricos passaram a testar os mais diferentes aspectos da internacionalização bancária, muitos deles buscando evidências de que a teoria baseada no investimento direto não era adequada. Entre as críticas Paula (2003) enfatiza que a visão é insuficiente para explicar o processo recente de internacionalização dado o grau de complexidade e singularidade do mercado bancário. Dessa forma, a explicação comum para o motivo que leva os bancos a se internacionalizarem recai sobre fatores como desregulamentação financeira, a maior competição e necessidade de novos mercados, especialmente os emergentes devido ao seu potencial de crescimento, incluindo nesse rol a necessidade de economias de escala e escopo conjugadas com a redução do risco.

Adicionalmente, Germidis e Michalet (1984) observam que a característica de internacionalização bancária de baseado no atendimento a clientes especiais e na esfera financeira para o deslocamento das atividades bancárias. Freitas (1999) afirmam que o movimento de concentração e centralização através de fusões/aquisições altera a dinâmica concorrencial estimulando a diversificação geográfica e a atuação global nos diferentes mercados e segmentos.

Trabalhos empíricos como de Focarelli and Pozzolo (2000); Deminguc-Kunt e Huizinga (1998) e Berger *et al.* (2000) buscam alguma explicação para a internacionalização bancária. Focarelli e Pozzolo (2000) realizaram o estudo sobre os países da OCDE a respeito das características e estratégias de internacionalização bancária indicando que é influenciada por fatores como grau de integração econômica, busca por lucro e expansão de mercados. Deminguc-Kunt e Huizinga (1998) enfatizam o papel da eficiência para explicar as vantagens competitivas de bancos estrangeiros sobre locais e que a lucratividade é influenciada por diferentes fatores como impostos, estrutura financeira, legal e institucional. Berger *et al.* (2000) examinam duas hipóteses: as instituições nacionais possuem inúmeras vantagens de conhecimento (por exemplo, cultura e legislação) e as internacionais por serem mais eficientes e diversificadas. A conclusão é nebulosa por que as vantagens variam de país para país. Mesmo assim, Berger *et al.* (2000) indica que os bancos tendem a escolher países mais simpáticos e fáceis de compreender a lógica do mercado e os marcos regulatórios.

Sobre a maior estabilidade do sistema bancário nacional quando exposto a competição externa o trabalho de ação de Mathieson e Schinasi (2000) questiona as evidências de que traria maior estabilidade e redução da volatilidade do crédito. Além de enfatizar que cada caso precisa ser analisado isoladamente na medida em que é difícil estabelecer uma teoria geral a respeito. Dermine (2002) quando analisa a tentativa da UE de criar um mercado bancário único em nome da maior eficiência, redução de custos, maior crédito e estabilidade questionam se realmente é possível criar um mercado unificado. Por que as características dos sistemas bancários de cada país da UE são diferentes e, mesmo com a maior exposição a concorrência, é difícil os grandes bancos se adaptem as particularidades de cada membro.

No caso do Brasil, Carvalho *et al* (2002) observa que a abertura do mercado bancário a bancos estrangeiros não surtiu efeitos substanciais no aumento da oferta de crédito para as empresas. O que ocorreu foi que os bancos estrangeiros que se instalaram no Brasil se adaptaram as particularidades do país e passaram a agir de forma semelhante aos locais para buscar lucro.

2.2 BANCOS PÚBLICOS E DE DESENVOLVIMENTO

Ao longo do século XX floresceram as instituições financeiras públicas como forma de intervir no mercado financeiro e preencher funções e nichos ignorados ou que despertavam pouco interesse da iniciativa privada. Encontradas tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento que tiveram como mudança estrutural cada vez mais buscar compatibilizar as funções públicas com eficiência e competitividade.

2.2.1 Bancos Públicos

Segundo Cintra (2009, p. 60 – 61), o Estado possui um papel fundamental no fornecimento de fundos para setores ou atividades consideradas prioritárias superando a incerteza e preferências das instituições financeiras privadas, especialmente nas operações de longo prazo e alto risco e elevado retorno social, nem sempre expresso no retorno financeiro. Nos países em desenvolvimento os bancos estatais detinham grandes fatias do mercado bancário tanto que em 2002 mais de 60% dos ativos bancários de países como China, Egito, Índia, Indonésia e Irã estavam sob propriedade de bancos estatais (HANSON, 2004, p. 13). As instituições públicas são uma forma de o Estado operacionalizar linhas de crédito direcionado e canalização de poupança para investimentos estatais/privados. Para Cintra (2009, p. 62) os bancos públicos exercem influência sobre a manutenção do fluxo de crédito. Este fato é comprovado por trabalhos empíricos como Micco e Panizza (2006) e contribui para estabilizar o volume de crédito na economia, não aumentando de forma explosiva nos períodos favoráveis ou retraindo excessivamente nas crises.

As motivações para o Estado deter a propriedade de bancos são resumidas por Novaes (2006) em três visões: i) a social de que são criados para preencher falhas de mercado em relação a oferta de crédito; ii) a política para poder prover empregos, subsídios e benefícios na promoção do desenvolvimento do país como um todo; e iii) a intermediária que une as visões i) e ii) justificando a existência do banco público como necessário pelo benefício social, mas os custos e lentidão da burocracia podem anular os efeitos benéficos.

Sobre o desempenho dos bancos públicos Hanson (2004, p. 20 - 21) observa que existe uma ampla literatura que considera que os bancos estatais são menos eficientes em termos de custo e *spreads* que os bancos privados. Contribui para isso o fato de estarem relacionados a uma lógica de atuação no mercado intrinsecamente relacionado as políticas estatais que contribui para os fracos resultados sobre a lucratividade, eficiência e competitividade quando comparado com instituições privadas que atuam nos mesmos mercados. Entretanto, na década de 1990 com a onda de redução do tamanho do Estado, desregulamentação e liberalização, tais instituições ganharam magnitude global, os bancos públicos tiveram como destino a privatização e/ou reestruturação para buscar eficiência e melhor funcionamento no mercado.

No Brasil, Araújo (2001, p. 78 – 79) argumenta que a reforma dos bancos federais pós-1994 fazia parte do plano de estabilização e fortalecimento do sistema bancário e acabaram por introduzir objetivos privados nas instituições públicas como busca pelo lucro, eficiência e competitividade. Esta medida foi criticada por Araújo, pois descaracterizou a função pública dos bancos federais, especialmente Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Por outro lado, a reestruturação criou instituições sólidas e competitivas capazes de fazer frente as instituições privadas nacionais e internacionais. Dessa forma, transformaram a característica de ser estatal em vantagem competitiva e, as funções públicas, como assessorios na estratégia de negócios vistas como necessárias desde que não prejudiquem a saúde e lucratividade da instituição.

Os planos de expansão dos bancos públicos assimilam características privadas como conquista de novos mercados, introdução de inovações financeiras, novos produtos e serviços, aquisições e internacionalização. Na área internacional as características privadas sofrem influência do Estado em relação a política externa e funções públicas, sintetizando em um *mix* de objetivos privados e estatais.

2.2.2 Bancos de Desenvolvimento

A história dos BD remonta ao início do século XIX quando as grandes instituições bancárias emergiam em conjunto com a industrialização. O caso pioneiro foi da *Societe General pour Favoriser l'Industrie National* criado na Holanda em 1822, mas para Aghion (1999) a contribuição mais significativa para o BD foi dada pelos franceses através da criação em 1848-1852 do *Credit Foncier, the Comptoir d'Escompte, and the Credit Mobilier*. No século XX, especialmente pós-1945, a maior intervenção estatal trouxe relevância para os bancos públicos ao direcionarem crédito para setores essenciais. Além do mais as Guerras Mundiais e Grande Depressão da década de 1930 criaram um ambiente propício para a emergência de BD em países desenvolvidos como na Alemanha (KfW) e Japão (DBJ) destruídos pela Guerra. Nos países em desenvolvimento, a busca pela industrialização e falta de estrutura financeira privada, levaram a emergência de BD como Brasil (BNDES) e Coreia (KDB) nascidos na década de 1950 e até hoje desempenham um papel relevante.

Cintra (2009, p. 60 – 61) justifica a ação do Estado por meio dos bancos públicos como forma de direcionar crédito para áreas consideradas prioritárias, superando a incerteza e desinteresse das instituições financeiras privadas, proporcionando operações de longo prazo e alto risco, mas que proporcionam elevado retorno social não necessariamente expresso em termos financeiros. Sobre os BD, Bruck (2002, p. 62) ressalta a função de relacionar atores, instituições e setores industriais, agricultura, infraestrutura, estrutura social, governamental e institucional envolvidas no processo de desenvolvimento. Simultaneamente são organizadores, preparadores, financiadores e implementadores de projetos de investimento e programas. Adicionalmente, os bancos de desenvolvimento requerem conhecimentos sobre o mercado financeiro, de capitais, intermediação financeira, bancário, mobilização de recursos, desenvolvimento tecnológico, marketing, assistência técnica, desenvolvimento econômico, economia internacional e transações financeiras. Em suma, como observa Diamond (1957), os BD's constituem instituições especializadas em empréstimos de longo prazo, capazes de capacitar clientes em potencial e estimular investimento em setores estratégicos.

Na década de 1990, a disseminação da liberalização financeira e redução da intervenção estatal na economia são acompanhadas pelo discurso de que os bancos estatais deveriam reduzir sua participação em nome da eficiência. Entretanto, Yeyati *et al.* (2005) observa que após a onda de privatização, a presença do estado no setor bancário mundial permanecia alta. Nos países industrializados cerca de um quarto dos empréstimos eram concedidos por instituições com alguma participação estatal e, em desenvolvimento, a participação chegava a metade. Porém a participação grande do Estado não significa ineficiência, má administração ou prejuízo, mas sim que possuem um papel fundamental para liderar o crescimento, desenvolvimento econômico e serem sólidas e lucrativas.

Nos anos recentes os grandes bancos de desenvolvimento nacionais de países emergentes como CDB (China), BNDES (Brasil) e KDB (Coreia) passaram a adotar a estratégia agressiva de inserção internacional. De um lado, motivado pela necessidade de dar suporte a internacionalização das empresas nacionais que buscam entrar no mercado externo seja por exportações, aquisição de concorrentes ou construção de bases produtivas. De outro, o exercício do poder financeiro no âmbito internacional como extensão da política externa e criação de área de influência. Em ambos os casos os BD's utilizam sua expertise em empréstimos de longo prazo, adotando uma estratégia muito semelhante a um banco de investimentos. Inclusive bancos como o KDB passaram a pensar como um banco de investimento, focando em resultados e crescimento.

2.3 CONCLUSÃO

As teorias sobre internacionalização bancária começaram a ganhar força na década de 1960 visando explicar o movimento de expansão internacional liderada pelos bancos norte-americanos nas esferas financeiras e de supervisão. O foco da análise foi o processo como consequência do processo de internacionalização produtiva e investimento direto. Entretanto, no decorrer das décadas, o movimento de internacionalização bancária passa a ter vida própria e a englobar a competição nos mercados externos através do deslocamento das atividades bancárias e descolados da atividade produtiva, especialmente liderado na década de 1990 pelos bancos europeus. Dessa forma, as teorias sobre internacionalização bancária ficam defasadas e as que ficavam no setor produtivo não se mostravam adequadas. A saída encontrada pelos autores foi focar cada vez mais na história das instituições e em estudos empíricos.

Em relação aos bancos públicos possuíam uma longa história que remonta aos séculos XVII e XVIII, mas modernamente tiveram grande impulso pós-1945 para ocupar lacunas deixadas pelas instituições privadas nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Mais recentemente, na década de 1990, a tendência global foi que as instituições reduzam o tamanho ou busquem eficiência na sua atividade em consonância com o movimento de redução do tamanho do aparelho estatal e busca pela eficiência.

3 GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA: BANCOS E INTERNACIONALIZAÇÃO

A partir das décadas de 1970/1980 o negócio bancário sofreu grandes transformações e foi obrigado a se reinventar em nome da sobrevivência ao novo cenário de liberalização, desregulamentação, abertura e integração dos mercados financeiros globais favorecidos pelo desenvolvimento da tecnologia da informação e gerenciamento. Para Dymski (2007; 2000; e 1999) as novas formas de inserção no mercado passavam pela reengenharia e criação de novos produtos e serviços visando fidelizar clientes e explorar novos nichos de mercado como das famílias de baixa renda antes excluídas do mercado bancário. Ao mesmo tempo, proporcionando maiores opções de ganhos pelas inovações financeiras, novas formas de negócio e desencadeando ondas de fusões e aquisições.

Na medida em que os bancos se consolidam como instituições financeiras se consolidam através das fusões e aquisições ganham força para explorar oportunidades no mercado internacional. Ao observar a trajetória de internacionalização bancária pós-1945, Germidis e Michalet (1984) ressaltam que a primeira onda liderada pelos norte-americanos, seguida dos japoneses estava baseada nas esferas de suporte e financeira, atendendo clientes especiais como bancos nacionais, governos e grandes empresas. Entretanto, o movimento que se formava na década de 1980 era também envolver o deslocamento das atividades bancárias levando a competição direta no mesmo mercado de instituições locais e estrangeiras como, por exemplo, nos mercados de seguros e varejo. O que foi a tônica dos movimentos seguintes de internacionalização liderados pelos europeus nos anos 1990s e, mais recentemente, de bancos de países emergentes.

Assim, o objetivo deste capítulo é apresentar a transformação do negócio bancário e das estratégias de internacionalização tendo como ponto de “quebra estrutural” o movimento de desregulamentação liberalização da década de 1970/1980. O capítulo está organizado em três partes. A primeira apresenta um breve histórico do negócio bancário. A segunda aborda o que foi a “quebra estrutural” e as repercussões para o negócio bancário. Por último, os impactos sobre a internacionalização.

3.1 PERSPECTIVA HISTÓRICA

Na economia industrial moderna os bancos se destacam como figuras protagonistas como mostra Berger *et. al* (1995, p. 55 – 56) ao desempenhar o papel de absorver riscos dos depositantes e prover fundos para investimento de firmas não-financeiras, financiamento as famílias, intermediar recebimentos/pagamentos e oferecer uma gama de serviços financeiros ao público em geral. No processo de industrialização e modernização Gerschenkron (1962) e Schumpeter (1934), ao analisarem a industrialização alemã do século XIX, defendem que os bancos possuem um papel fundamental na supressão de fundos para as firmas e funcionam como catalizadores.

Os bancos são participantes do setor de serviços financeiros que abrange: i) indústria bancária (bancos em geral nas atividades regional, nacional e internacional); ii) indústria de seguros (seguradoras e re-seguradoras); e iii) intermediários financeiros (fundos hedge, mútuos, firmas de gestão de riquezas entre outros) (ILO¹, 2009). Por sua vez, podem ser classificados em classes diferentes de acordo com seu *core business* em que os principais são os bancos de varejo cuja principal função é receber depósitos do público e atuar como intermediário financeiro junto aos clientes e, de investimento, que auxiliam pessoas físicas/jurídicas no financiamento de longo prazo. Entretanto, a figura do banco universal (ou múltiplo) possui várias formas, mas contemplam funções dos mais variados tipos configurando conglomerados financeiros.

Historicamente Rich e Walter (1993) consideram o banco universal um tipo de instituição comum em países da Europa continental, em especial Suíça e Alemanha e frequente em outros países principalmente com a formação de grandes instituições facilitadas pela desregulamentação e liberalização financeira. Mesmo em países que implantaram a rígida divisão entre os segmentos bancários como nos Estados Unidos que juridicamente na década de 1930. As motivações residem na maior competitividade oriunda das economias de escala e escopo de instituições que atuem em diversos segmentos.

¹ International Labour Organization

Por suas características singulares os bancos podem ser encarados como firmas que visam lucro e possuem programas de expansão, exploração de novas oportunidades de negócios, inovam e praticam fusões/aquisições. Assim, quando o capitalismo renasce no fim da idade média e as cidades do Norte da Itália formam o elo comercial entre Oriente e Europa, em especial Florença, Veneza e Gênova, o embrião do negócio bancário moderno nascia nas mãos de famílias como Bardi, Peruzzi e Medici (HOGGSON, 2007). Na medida em que as redes comerciais e financeiras se disseminam o centro financeiro mundial para a Amsterdam e colocam os holandeses como novos banqueiros mundiais no século XVI. No século seguinte a instabilidade política, financeira e militar holandesa dá lugar a Grã-Bretanha como potência dominante e centro das finanças globais dominante durante o século XIX.

A Grã-Bretanha do século XIX é vista por Jones (1990, p. 30 - 32) como a líder da primeira onda de internacionalização bancária com foco nas colônias e países independentes em desenvolvimento com as atividades predominantemente relacionadas a *city londrina* e financiamento do comércio internacional. Por exemplo, o HSBC um dos maiores bancos britânicos dos dias atuais nasceu em idos das décadas de 1830/1840, fundado por comerciantes visando financiar o comércio com as regiões do Oriente Médio e Ásia, em que a sigla significa *Hongkong & Shanghai Banking Corporation*. Um dos primeiros negócios do HSBC foi financiar o comércio de ópio na Ásia ao longo do século XIX (CONNE, 2010).

Na medida em que a industrialização avançava nos demais países europeus, os bancos e sistema financeiro ganhavam importância. Na França, ocorre a ascensão dos grandes bancos como o Crédit Lyonnais que formavam a “*Financial Oligarchy*” muito ativa nas operações financeiras no exterior a ponto de ser acusada de desviar a poupança nacional para o estrangeiro (FBF², 2003). Na Alemanha, Guinnane (2002) observa a existência de grandes bancos que operavam nas principais praças financeiras mundiais, mas também envolvendo milhares de cooperativas de crédito.

² Federation Bancaire Francaise

Nos Estados Unidos desde a independência existia o argumento de que os bancos eram fundamentais para a prosperidade (SYLLA, 2010). Dessa forma, o Congresso norte-americano autorizou e apoiou a criação de novos bancos como o Bank of North America na Philadelphia, seguido do Massachusetts Bank e Bank of New York. O crescimento do número de instituições foi impressionante partindo de 30 em 1800 para 100 em 1810, 500 – 600 em 1830, 1500-1600 durante a Guerra Civil e cerca de 30 mil em 1930. No âmbito internacional, os norte-americanos se colocam como grandes receptores e exportadores de bens e serviços, refletindo na quase nula participação dos bancos na internacionalização financeira.

Nas colônias e países em desenvolvimento agroexportadora e predominantemente rural tinham seu mercado financeiro atrofiado devido a menor importância no funcionamento da economia. Assim, os grandes projetos que necessitavam de recursos do mercado financeiro (financiar os grandes fazendeiros e governo, por exemplo) eram assumidos por instituições financeiras estrangeiras com escritórios instalados no país. Por exemplo, no Brasil pré-1930 Rocha (2002, p. 10 – 12) observa o predomínio de bancos estrangeiros e o incentivo do governo na sua atração. Justificado por Studart (1995, p. 93 – 95) pela desorganização e pouca importância dada ao sistema financeiro brasileiro que passa a mudar com o processo mais intensivo de industrialização na década de 1930.

A base para a estratégia de internacionalização dos bancos na época era que Germidis e Michalet (1984) identificam como internacionalização financeira e de suporte baseada em escritórios de representação e subsidiárias, interligando os principais mercados financeiros. Uma das explicações seriam os mercados bancários nacionais não terem a demanda suficiente para atrair a competição externa na medida em que o consumo em massa que demandassem financiamentos. Apesar de bancos europeus iniciarem movimentos no começo do século XX para adquirir bancos na América do Norte.

O ambiente favorável a internacionalização dos bancos, especialmente europeus e britânicos, tem como pano de fundo a integração econômica mundial, a criação de um sistema monetário internacional baseado no ouro e o liberalismo. Dentro de uma visão mais geral sobre a construção da sociedade do século XIX, Polanyi (2001) ressalta o padrão ouro como símbolo da integração econômica ao ser implantado pela Grã-Bretanha e seguido pelos demais como também a pregação do livre comércio como forma de entrelaçar as economias nacionais. Nesse contexto, a liberdade na movimentação de capitais e desregulamentação aparece como uma extensão do liberalismo e necessário para o bom funcionamento do mercado financeiro. Ao mesmo tempo em que é fundamental para permitir a atuação internacional dos bancos.

O fim do ambiente favorável se dá primeiro com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) que força a reestruturação da economia europeia devido a ser o teatro do conflito. Alçando os Estados Unidos como novo centro financeiro mundial, maior credor mundial, o início do movimento de abertura da economia, internacionalização financeira acompanhada da internacionalização dos bancos norte-americanos. O segundo fato é a Grande Depressão dos anos 1930s que por um lado destrói a integração econômica mundial criando nas palavras de Polanyi (2001) os “impérios autônomos”. De outro, leva os norte-americanos a realizarem uma profunda reforma no seu sistema financeiro estabelecendo marcos regulatórios em nome da estabilidade e bem-estar social.

Por fim, após a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) a regulamentação do sistema financeiro se espalha. Por exemplo, a França estatiza seus grandes bancos e, nos países em desenvolvimento, que buscam a industrialização a intervenção estatal é justificada e necessária para criar mecanismos de financiamento para o processo. Variando de intervenções profundas como de estatização do sistema financeiro como na Coreia do Sul a criação de bancos de desenvolvimento e estatais como no Brasil. Entretanto, em geral é identificado um protecionismo para os bancos nacionais e regulamentações do setor.

3.2 REGULAMENTAÇÃO, DESREGULAMENTAÇÃO E REINVENÇÃO

A década de 1930 é marcada pelo início da reorganização, regulamentação e intervenção estatal sobre o sistema financeiro em busca de dar estabilidade e permitir que se adequasse a construção do estado de bem-estar social ou, nos países em desenvolvimento, apoiassem também o processo de industrialização. Entretanto, o cenário começa a mudar nas décadas de 1970/1980 quando as regulamentações são paulatinamente reduzidas e apoiadas no discurso de que o mercado financeiro e bancário mais livre permitiriam maior eficiência e menor risco. Ao mesmo tempo em que criou oportunidades de negócios aos bancos como explora novos nichos de mercados, serviço, fusões e aquisições nacional e internacionalmente.

3.2.1 Regulamentação

Das turbulências da Grande Depressão de 1930 o governo norte-americano por meio do *Banking Act* de 1933 implantou uma das mais dramáticas reformas do sistema financeiro dos EUA. O resultado foi a criação do sistema federal de depósito para assegurar estabilidade ao sistema, a maior regulamentação e a “compartimentação” do sistema financeiro, levando a separação de bancos varejo e investimento. Na visão de Russell (2008, p. 3 – 5), a reforma do sistema financeiro esteve relacionada a implantação do “*New Deal*” e das políticas keynesianas de estímulo a economia, onde o sistema financeiro serve ao interesse da economia real em última instância elevando o bem estar social.

Na Europa, os efeitos da Grande Depressão levaram a recessão, desemprego e ondas especulativas que minavam a base que era o padrão ouro impulsionaram os países a terem guinadas políticas a esquerda (França, por exemplo) a movimentos extremistas (Alemanha, por exemplo). Os efeitos sobre o sistema financeiro e regulação dos bancos começavam a passar por mudanças, mas que vieram implantar o padrão das décadas seguintes veio com o fim da guerra e política de reconstrução. Por exemplo, a França estatizou seus tradicionais grandes bancos como Banque de France e os quatro principais bancos comerciais: Crédit Lyonnais, Société Générale, Comptoir National d'Escompte de Paris; e B.N.C.I. (FBF, 2003). Nos demais países europeus o grau de intervenção menor, mas em geral seguiam a lógica de transformar o sistema financeiro e ação dos bancos como formas de complementar o Estado de bem-estar social. A despeito da integração econômica-política que se seguiu a Guerra e fez parte do processo de formação da União Europeia – UE, os sistemas bancários se mantinham protegidos da concorrência intra-européia formando arranjos próprios nos diferentes países do bloco (EABH³, 1994).

Nos países em desenvolvimento, principalmente os que alçavam se industrializar, o sistema financeiro sofria intervenção estatal em nome de complementar as demais medidas e viabilizar o processo de industrialização e urbanização. Nesse contexto a intervenção estatal era justificada não apenas para disciplinar os bancos como nos países desenvolvidos, mas construir um sistema financeiro capaz de dar suporte as mudanças na economia. Por exemplo, a Coreia do Sul tinha o sistema financeiro estatizado. Ao mesmo tempo, a política para o setor enfatiza o protecionismo aos bancos nacionais e a consequente redução das atividades exercidas pelos bancos estrangeiros no mercado nacional.

³ European Association for Banking History

Assim, pós-1945 até idos da década de 1970 a regulação do sistema financeiro e da indústria bancária a colocou em posição de apoio do bem-estar social e a economia real como observa Dymski (1999) no trabalho sobre a indústria bancária norte-americana pós-1945. Porém, as mesmas regulamentações que colocaram o mercado financeiro como servo do setor produtivo levaram a um estreitamento das opções de negócios dos bancos, mas também incentivando a criatividade para transpor as regulamentações e pressionar o Estado pelo aflojamentos das limitações, levando ao movimento de desregulamentação e liberalização a partir dos anos 1960 e que ganhou corpo nas décadas de 1970/1980.

3.2.2 Desregulamentação e Liberalização: Novos Cenários

Nos anos que se seguiu a Grande Depressão dos anos 1930s e a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) a regulamentação e intervenção estatal nos mais diferentes mercados. O objetivo de suporte era fazer a economia funcionar melhor e ampliar o bem-estar social. Entretanto, logo após a guerra a política de integração econômica comandada pelos Estados Unidos apoiados por um sistema monetário internacional integrado e o incentivo a abertura das economias. Assim, como observa Ruggie (1982), entre 1955 e 1973 mais que triplicou o comércio internacional norte-americano, os investimentos diretos cresceram e o comércio intrafirma. Mesmo com as regulamentações e restrições aos agentes financeiros estabelecidas pelo Sistema de Bretton Woods, os fluxos de capitais de curto prazo cresciam e eram fontes de especulação usando as falhas de regulação.

Este cenário criava demandas pró-liberalização e desregulamentação dos mercados tanto no âmbito interno quanto externo em que a pedra fundamental era que trabalhariam melhor se houvesse menor intervenção, sendo mais eficientes e proporcionando melhor bem-estar. Os primeiros movimentos começam a ocorrer na década de 1960, mas tem o grande impulso com a eleição de Thatcher na Grã-Bretanha em 1979 e Reagan nos Estados Unidos em 1980. Anderson (1995) observa uma grande onda de desregulamentações, liberalizações de mercado unidas a privatizações atingindo inicialmente Grã-Bretanha e EUA, seguido pelos demais países desenvolvidos, seguidos pelos países do Leste Europeu e da América Latina nos anos 1990s.

Do lado do sistema financeiro, desde a década de 1960 se ensaiava um movimento pró-liberalização e desregulamentação na medida em que os mercados financeiros do Japão-EUA-Europa mais que acompanhavam o crescimento do comércio e investimentos. Abrindo margem a ondas especulativas lideradas por investidores norte-americanos na Europa utilizando o padrão ouro-dólar e as diferentes moedas conversíveis dos países europeus, além de fugirem das regulamentações dos EUA (DATHEIN, 2005). O ponto nevrálgico que leva a aceleração da liberalização é a colapso de Bretton Woods em 1971 provocada pelas especulativas contra o padrão ouro que era base da formatação do sistema monetário internacional. Eichengreen (2004 e 2008) coloca o fato como a abertura para um novo arranjo internacional baseado em moeda sem lastro, abolição das regras para o sistema monetário internacional, flutuação de câmbio, liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros no nível nacional e internacional.

Segundo Abdelal e Ruggie (2009, p 158), a liberalização dos mercados financeiros permitiu a liberdade aos investidores e impulsionou o crescimento massivo dos mercados financeiros globais. Como consequência a liberdade na movimentação de capitais endossado pelo encontro de Basel at the Bank for International Settlements (BIS), os bancos ganham liberdade para alocar melhor os recursos emergindo um novo tipo de negócio bancário na medida em que se pressupõe que reduziria riscos e melhor alocariam os recursos. Nos anos 1990 se consolida a integração financeira mundial observada ou globalização financeira observada por autores como Chesnais (1997), Coutinho e Belluzo (1998) e Mishkin (2005) em que os mercados financeiros mundiais estão interligados, beneficiados pelo avanço nos sistemas de comunicações e eletrônica, mas também suscetíveis a propagação de crises, instabilidades e ataques especulativos.

3.2.3 Consolidação Bancária

A consolidação bancária em termos gerais significa que os serviços financeiros passam pelo processo de concentração reduzindo o número de instituições, mas aumentando o seu tamanho e diminuindo a rivalidade competitiva. Segundo BIS (2000), as formas de concentração ocorrem de duas formas. A primeira as fusões e aquisições que são a forma primária de consolidação bancária. Na fusão duas ou mais firmas independentes se fundem em uma nova instituição e, aquisição, uma instituição independente é absorvida ou fica sob controle da outra. Em ambos os casos as instituições passam a cooperar e compartilhar objetivos comuns reduzindo a competição. A segunda ocorre através de *joint ventures* e alianças estratégicas que permitem que duas ou mais firmas se unam em prol de um objetivo em comum sem perder a sua identidade e existe a maior facilidade em desfazer o negócio. A *joint venture* significa que duas firmas unem forças para criar uma terceira independente para servir aos interesses em um determinado negócio. A aliança estratégica envolve cooperação entre firmas independente que criem recursos e resultados tangíveis ou intangíveis, mas interessante para ambos.

No mercado financeiro e indústria bancária a consolidação começa a tomar forma quando as desregulamentações e liberalizações passam a atingir o setor a partir da década de 1960, mas ganham impulso nos anos 1980. Como observa Mishkin (1996), os Estados Unidos são um dos primeiros países a sentirem os efeitos da liberalização da indústria bancária e o movimento de concentração. Em número entre 1930 a 1980 o número de bancos comerciais nos EUA girava em torno de 13 – 15 mil, mas a partir da década de 1980 quando a consolidação do setor começou a se desenhar caiu dramaticamente para 9 mil em 1995. No caso norte-americano em especial começa a se desenhar novas redes de bancos interestaduais e nacionais controladas por instituições fortalecidas por aquisições e fusões.

Dymski (2000) verifica três fases da onda de consolidação bancária norte-americana. A primeira na década de 1980 em que a desregulamentação, liberalização e crise permitiram aos bancos avançarem sobre concorrentes e outras empresas financeiras em dificuldades, conjugado com a expansão interestadual, inovações financeiras e avanço tecnológico. A segunda na década de 1990 com a fusão/aquisições entre grandes bancos criando novas oportunidades mercados a serem explorados e beneficiados, auxiliados pelos benefícios de aumento de valor do mercado financeiro. A última no fim dos anos 1990 com a criação dos megabancos internacionais.

Na Europa o projeto de integração econômica e política leva a tentativa da criação de um mercado bancário único no continente eliminando distorções no mercado de crédito e elevando a eficiência do sistema. Dermine (2002) observa os movimentos a favor da criação de um mercado bancário único europeu desde a década de 1950/1960, rompendo paulatinamente as barreiras, intensificado em 1992 com a instauração da licença única de operação, liberalização da competição em conjunto com a política monetária única e euro em 1999. Para Chick (2006) o novo cenário forçou a reestruturação da indústria bancária europeia, resultando normalmente em fusões e aquisições com a destruição dos pequenos bancos ou os forçando a repensarem a sua estratégia de negócio. Ao mesmo tempo em que fortalecia grandes bancos como o espanhol Santander, o holandês ABN Amro e o britânico HSBC.

Na medida em que o movimento de desregulamentação e liberalização dos mercados financeiros e bancários avançada pelo mundo as oportunidades para os grandes bancos atacarem novos mercado no exterior, em especial nos países em desenvolvimento. Por exemplo, Paula e Alves (2006) observam que uma das motivações para a entrada de bancos estrangeiros nos mercados bancários do Brasil Argentina na década de 1990, principalmente de origem europeia, é a existência de grandes instituições nascidas da consolidação bancária. A estratégia era a aquisição de instituições locais que poderiam ser bancos privados ou estatais em fase de privatização, em ambos os casos os bancos estrangeiros se beneficiavam da estrutura construída e clientes cativos.

No decorrer da década de 1990 a consolidação financeiro e bancário aumentou o seu ritmo levando a multiplicação de aquisições/fusões com valores superiores a um bilhão de dólares no cenário internacional (ver tabela 2). Assim, dos oito negócios realizados em 1990 pulou para 46 em 1999, em destaque que em 1998 representou o auge com 58. Os valores envolvidos cresceram assustadoramente de 26,5 bilhões em 1990 para 291 em 1999, em destaque que em 1998 representou o auge com 431 bilhões.

Tabela 1 – Fusões e Aquisições do Setor Financeiro: 1990 - 1999

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Número	8	10	6	11	14	23	21	49	58	46
Valor (em US\$ bi)	26,5	22,1	12,4	39,7	23,7	113	59	233	431	291

Fonte: BIS (2000, p. 34)

Segundo o BIS (2000, p. 66 – 68) as motivações para a consolidação bancária podem ser divididas em duas esferas. Uma pelo lado da redução de custos e aumento do valor da instituição por meio dos ganhos de escala, escopo, melhora das técnicas e gestores, redução de riscos atrás da diversificação geográfica e de produtos, redução de impostos, ganho de poder de mercado e melhor acesso ao mercado de crédito e redução do risco. A outra de defesas intangíveis para a consolidação como apoio do governo para eliminar as instituições frágeis e contribuir para a estabilidade como ocorrer os Estados Unidos, Japão e Europa nas décadas de 1980/1990, promovendo uma espécie de “*national champion*” em busca de eficiência global. Entretanto, em determinados casos o governo coíbi as fusões/aquisições devido a fatores como comprometer a estabilidade financeira; competição no setor, conflitos entre diferentes tipos de bancos, entre outras razões. Berger *et al.* (1999) observa que a aceleração da consolidação bancária também era influenciada pelo avanço tecnológico na medida em que criam novas oportunidades e elevam a eficiência.

Autores como Dymski (1999) apresentam uma visão menos idealizada sobre o processo de consolidação bancária ao estudar o caso norte-americano na medida em que veem as ondas de fusões e aquisições no setor bancário como incentivado por legislações e órgãos reguladores complacentes. Ao mesmo tempo uma explicação dos economistas como forma de aumentar a eficiência e a escala de operações dos bancos beneficiando o consumidor. Entretanto, Dymski ressalta que as fusões e aquisições têm como beneficiários primários são os próprios bancos e executivos, não os consumidores ou pequenos negócios, na medida em que a principal motivação dos gestores está em aumentar a possibilidade de lucros da companhia e poder de mercado. Olhando para a arquitetura e construção do mercado bancário único europeu, Dermine (2002) chega a uma conclusão semelhante ao ressaltar que não via resultados significativos para aumento da eficiência, competição e aumento do volume de crédito e redução de custos para os mercados bancários europeus.

3.2.4 Reinvenção do Negócio Bancário

Pós-1945 o estabelecimento do regime de acumulação “fordista” nos Estados Unidos e Europa Ocidental, elevada regulamentação e intervenção estatal nos mercados e organização econômica permitiu décadas de crescimento econômico e a prosperidade da classe trabalhadora. Em paralelo, como observa (Dymski, 2007, p. 257 – 258), alterou os hábitos de consumo e passou a demandar novas formas de intermediação financeira, incluindo produtos e serviços bancários como financiamento imobiliário, automóveis, empréstimos para educação e outros fins de consumo, cartões de crédito, contas correntes e de poupança entre outros. Porém o mercado fortemente regulamentado freava a expansão do setor financeiro e o estilo de negócio dos bancos, visando a estabilidade macroeconômica e solidez dos bancos.

Dymski (2007, p. 258) enfatiza que a quebra estrutural para a reinvenção do negócio bancário e dissolução das velhas estruturas se dá com a onda de desregulamentação e liberalização da década de 1970. Quando de um lado a instabilidade macroeconômica e crises financeiras nas décadas de 1970/1980, empréstimos internacionais e altas taxas de juros na gestão Reagan contribuíram para derrubar grandes bancos. De outro, foram decisivos para reconfiguração do mercado bancário norte-americano criando uma série de bancos sobrepostos e hierarquicamente organizados, na Europa a integração financeira e abertura par ao leste europeu resultam em disputas por fatias de mercado espalhadas pelo continente, no hemisfério Sul as crises financeiras forçam a abertura dos mercados bancários aos grandes bancos internacionais.

Em nome da sobrevivência Dymski (2007, p. 258 – 260) os bancos foram obrigados a se reinventar como as receitas serem cada vez mais provenientes de tarifas e a implantação de sofisticados métodos gestão e realização de pagamentos em ambientes instáveis e de inflação, inspirados nos bancos do hemisfério Sul. A criação de mercados secundários de títulos e derivativos como forma de reduzir e transferir riscos. Novos segmentos vêm surgindo como: a operação global de mega-firmas, intermediários e corretores que emitem e negociam ações nos mercados financeiros conquistado por um pequeno número que concorrem para fornecer serviços a grandes firmas; e os empréstimos governamentais que são especialmente importantes para bancos do sul que veem em seus governos endividados e nas altas taxas de juros oportunidades de ganhos.

No mercado de varejo Dymski observa que os bancos promoveram uma reengenharia dos segmentos de varejo em que cita o exemplo dos bancos norte-americanos que padronizam produtos financeiros de massa muitas vezes localizados em prósperas áreas residenciais. Além de promoverem a venda cruzada de serviços e visarem a fidelização à marca. Nos países em desenvolvimento que detinham grande parte da população fora do sistema bancário as oportunidades de incorporar novos clientes não são descartadas, mas são criados serviços e pacotes que atendam as necessidades deste cliente. Por exemplo, a oferta de pacotes com serviços como cartões bancários, descontos de cheques, ordens de pagamento, alvos de empréstimos de curto prazo e empréstimos com desconto em folha de pagamento. O alvo dos consumidores financeiros deixou de ser de tomadores de empréstimos e depositantes em conjuntos heterogêneos em mercados geograficamente bem definidos por grupos de clientes homogêneos e esparsos geograficamente. Beneficiados pelas informações ricas a respeito das capacidades do cliente e de suas potencialidades como consumidor de serviços bancários dos mais diversos.

Dentro da visão de Dymski (2007) sobre o que é a reinvenção do negócio bancário fica claro que o banco de hoje operar como se fosse uma empresa comum que busca comercializar e construir pacotes de serviços, selecionando grupos, potencialidade e necessidades dos clientes e possíveis clientes e penetrar em novos segmentos, investindo em marketing, fidelização à marca e criar novas formas de expandir suas atividades e buscar lucratividade. Esse cenário se torna factual especialmente para os bancos universais que detêm grandes parcelas de suas atividades relacionadas ao grande público em que a sua estratégia de colocação no mercado está diretamente ligada a capacidade de conquistar e fidelizar, fazendo o uso de ações de marketing e oferecimento de serviços adequados a necessidades e a potencialidade dos clientes.

Como exemplo podemos citar que nos últimos anos ocorreu a disseminação da modalidade das contas universitárias nos grandes bancos que atuam no Brasil como Santander, Banco do Brasil, Caixa, HSBC, Unibanco e Itaú com inúmeras vantagens e facilidades dos estudantes universitários abrirem contas correntes e terem acesso a produtos básicos como cheque especial, talões de cheque e cartões de crédito (INFONET, 2010). O objetivo desses bancos é fidelizar o cliente na medida em que se considera que os universitários tendem a serem profissionais bem remunerados que demandarão uma ampla gama de produtos bancários ao longo de sua vida como financiamento de carros, cartões de crédito, empréstimos, utilizar o banco como forma de receber salários e efetuar pagamentos entre outros. Outro exemplo é recentemente bancos como Santander e Banco do Brasil passaram a oferecer financiamentos para a compra de automóveis com menores taxas de juros e encargos para clientes antigos, muitas vezes em condições melhores que outros agentes financeiros como os bancos oficiais das montadoras.

3.3 INTERNACIONALIZAÇÃO E NOVA ESTRATÉGIA

A mudança estrutural, a reinvenção do negócio bancário e a liberalização a partir da década de 1970 transformou a estratégia dos bancos não apenas no âmbito interno, mas incentivou a adotarem uma nova estratégia para a internacionalização e busca de novos mercados além das fronteiras nacionais. Segundo Jones (1990), a onda de internacionalização bancária que se seguiu pós-1945, liderada pelos norte-americanos, guarda semelhanças com o movimento pré-1914, comandada pelos europeus, em relação a base ser a supervisão e empréstimos a agentes de países estrangeiros como bancos locais, firmas nacionais e multinacionais e governos. Capazes de criar bancos multinacionais, de integrar mercados financeiros e incentivar as trocas de bens, serviços e investimentos entre as economias do globo. Entretanto, dentro dessa concepção de multinacional bancária apresenta distorções exemplificadas por Weller (2000) como se um banco norte-americano faz empréstimos para outro polonês pode considerar o banco internacionalizado. Um equívoco na medida em que o banco norte-americano não compete no mercado polonês, mas sim dá o auxílio. Porém se for utilizado esse conceito é compreensível os motivos que um banco dos Estados Unidos ou Japão tenha escritórios em dezenas de países e a maioria dos cidadãos não tenha a menor ideia que esses bancos operem em território nacional.

Entretanto, quando se observa mais focado e considera-se que a definição de internacionalização implica que o banco estrangeiro se instala no país e passa a competir com os bancos locais pelos clientes nativos. O fato passa a ser encarado como novo, pois como observam Germidis e Michalet (1984), a característica passa a ser o deslocamento das atividades bancárias que começa a ganhar corpo no começo da década de 1980 e se fortalece na década de 1990. Impulsionados de um lado pela consolidação bancária e, de outro, a desregulamentação, liberalização e abertura de mercados bancários de países a competição de bancos estrangeiros. Beneficiando os países que detêm fortes bancos universais atuando como conglomerados financeiros.

Nesse novo cenário os norte-americanos perdem a liderança dessa concepção de internacionalização para os europeus que historicamente tendem a ter bancos universais. Além do mais a busca pela criação do mercado bancário único consolidado como parte da construção da União Europeia e do euro, provendo os países da eurozona de mercado bancário mais competitivo e eficiente forçou a consolidação bancária e nascimento de gigantes buscando engolir fatias de mercados dentro dos países do bloco (DERMINE, 2002 e CHICK, 2006).

Entre os bancos europeus o destaque cabe aos espanhóis que se fortaleceram na década de 1980 sob uma estrutura oligopolizada e com apoio estatal visando a formar o núcleo duro da economia espanhola para a consolidação do Mercado Comum Europeu. Mais tarde resultando em vantagens competitivas dentro da UE e o movimento de internacionalização no aspecto mais amplo impulsionado pelo euro e abertura de mercados bancários emergentes. Para a América Latina é reservado o papel de foco do deslocamento das atividades bancária e passar a competir com os bancos locais pelos mercados nativos, em especial Bilbao Vizcaya e Santander (SEBASTIÁN e HEMANSANZ, 2000).

Na expansão sobre a América Latina os bancos estrangeiros, especialmente europeus e espanhóis, se beneficiam de economias fragilizadas pela crise da década de 1980 e em acentuado processo de abertura da economia, desregulamentação, liberalização, quebra de monopólios e privatização de inúmeros setores incluindo o mercado bancário. Assim, criam oportunidades de negócios e que são aproveitadas pelas instituições estrangeiras como forma de buscar novos mercados e oportunidades de lucros. Para a efetivação da estratégia de deslocamento das atividades bancárias duas formas de penetração no mercado ganham força: i) aquisição de bancos privados; ii) aquisição de bancos públicos. Em ambos os casos o benefício está em comprar um marca, ativos, conquistar clientes e redes de agências e postos de atendimento que demandariam décadas para serem construídos.

De um lado a vinda de bancos estrangeiros era vista como benéfica pelos países latino-americanos como forma de aumentar a competitividade e eficiência do mercado bancário, além de contribuírem para a estabilidade macroeconômica. Levando a países da América Latina a terem desnacionalizações quase completas dos seus sistemas bancários, por exemplo, Chile e Argentina. No caso do Brasil autores como Carvalho *et al* (2002) e Rocha (2002) o que ocorreu foi que os bancos estrangeiros se adaptaram a dinâmica do setor nacional e buscarem as mesmas fontes de receitas que os bancos nacionais utilizavam, como foco nas atividades de curto prazo, financiamento da dívida pública e cobrança de altos juros e tarifas. Uma das explicações mais diretas é que os bancos buscam lucro e se podem obter grandes ganhos agindo como os bancos nacionais seriam pouco motivados em provocar mudanças profundas no mercado bancário nacional.

Como uma particularidade do Brasil em relação aos países da América Latina observada por Rocha (2002) é existência de bancos e instituições sólidas que evitaram o elevado grau de desnacionalização que ocorreu em outros países da região. Assim, mesmo hoje consegue manter o grande banco de fomento denominado BNDES, instituições mistas como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, além de instituições sólidas competitivas como Itaú/Unibanco e Bradesco. O que atualmente começa a impulsionar o movimento de internacionalização dos bancos brasileiros tendo como líderes o Banco do Brasil e Itaú/Unibanco no setor de varejo e assessoria a clientes. Ainda contando com o BNDES como provedor de fundos para projetos internacionais apoiados pela diplomacia brasileira ou que beneficiem empresas produtivas nacionais.

Os bancos públicos, especialmente de desenvolvimento, alteram a estratégia de inserção no mercado mantendo parte das funções públicas e apoio a economia nacional, mas buscam compatibilizar com a necessidade de manterem a solidez financeira e serem competitivas, além de programarem estratégias agressivas de expansão. Por exemplo, o Korea Development Bank (KDB) fundado em 1954 como instrumento de suporte a industrialização sul-coreana, após a crise asiática de 1990, passou pela reestruturação e seguiu a nova diretriz de ser um dos 20 maiores bancos de investimento do mundo até 2020.

3.4 CONCLUSÃO

Pós-1945 renasce a internacionalização bancária acompanhando o crescente movimento de integração produtiva e financeira, liderada pelos bancos norte-americanos que tinham como formas de internacionalização na esfera financeira e de supervisão. Dessa forma evitando competir em mercados estrangeiros com bancos locais fugindo das regulamentações locais e concorrência. Entretanto, depois da década de 1980 uma nova forma de internacionalização ganha força trazendo a necessidade de deslocamento das atividades bancárias sendo necessário adquirir instituições locais e concorrer diretamente em mercados estrangeiros. Os bancos protagonistas nessa nova configuração foram os europeus beneficiados pelo movimento de criação de um mercado bancário único na eurozona, acompanhados da criação da moeda única, o euro, abertura e reestruturação de mercados como da América Latina.

Em paralelo, ocorre a criação e fortalecimento dos bancos públicos como forma de intervenção estatal e promoção do bem-estar e crescimento econômico. Desse cenário, emergem gigantes como os bancos de desenvolvimento alemão KfW e coreano KDB que possuem papel decisivo na formação da estrutura produtiva nacional e o processo de internacionalização das empresas nacionais, também incluindo a internacionalização de suas operações na visão de negócio. Após a reestruturação da década de 1990 colocando como pontos chaves para o desempenho de suas funções a eficiência e responsabilidade nas operações de empréstimo como forma de garantir a solidez da instituição no longo prazo.

4 BANCOS BRASILEIROS E INTERNACIONALIZAÇÃO

A expansão da indústria bancária brasileira acompanhou o processo de desenvolvimento de industrialização iniciado na década de 1930. Ao longo das décadas, os bancos privados foram beneficiados pelo cenário de elevada inflação, taxas de juros e oportunidades para especulação impulsionando seu crescimento. A reforma Campos-Bulhões na década de 1960 e abertura dos anos 1990s permitiram a criação de grandes conglomerados financeiros capazes de competir internacionalmente: Bradesco e Itaú/Unibanco. Ao mesmo tempo, saíram fortalecidos o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal como bancos múltiplos públicos e, o BNDES, como banco de desenvolvimento fundamental para a construção e fortalecimento da base produtiva brasileira.

No cenário internacional, a liderança na internacionalização está nas instituições públicas. O Banco do Brasil assume predominância ao ter um longo envolvimento com a internacionalização presente nos principais mercados financeiros desde 1960, mas que no governo Lula adicionou uma estratégia agressiva de expansão como banco múltiplo tendo como foco Américas, Europa, África e Ásia. Semelhante a estratégia de inserção internacional dos bancos europeus nos anos 1990, fazendo uso de aquisições para competir em mercados estrangeiros. Como banco de desenvolvimento o BNDES passa acompanhar a internacionalização produtiva e as necessidades das políticas externa, seguindo o exemplo de instituições semelhantes em outros países como o coreano KDB e chinês CDB, quase atuando como bancos de investimento. Ambos visando resultados e a solidez das instituições no longo prazo.

Para analisar a liderança exercida pelas instituições públicas dos bancos brasileiros o capítulo está organizado em quatro itens. O primeiro traça o panorama da relação entre industrialização e sistema financeiro no Brasil. O segundo foca nas mudanças ocorridas na indústria bancária brasileira. O terceiro constitui o centro da construção do capítulo ao apresentar os fatores propulsores da internacionalização de instituições bancárias brasileiras durante o governo Lula. Por fim, as evidências do processo.

4.1 INDUSTRIALIZAÇÃO E SISTEMA FINANCEIRO

Ao longo do século XX, o Brasil passou por um profundo processo de transformações econômicas e sociais oriundas da política pró-industrialização passando de um país rural e agroexportador a urbano e industrial. Paralelamente, ocorreu a construção de um sistema financeiro capaz de dar suporte a modernização viabilizando novos padrões de consumo e projetos produtivos. Para isso, foi necessária a intervenção estatal para fortalecer os bancos privados nacionais nascentes e instituições públicas, não apenas construindo novas estruturas como substituindo o papel dos bancos privados no período pré-1930.

No setor produtivo, as políticas pró-industrialização passavam pelo Estado como motor do desenvolvimento baseado na política de substituição de importações (ISI). Visto por Tavares (2000) como resposta às restrições do comércio exterior experimentadas pelos países do Cone Sul nas quatro décadas posteriores ao pós-guerra, colocando a industrialização como ponto chave para atingir a independência dos países centrais e quebrar o círculo vicioso de dependência. Na prática, Katz (2005, p. 420 – 422) observa que o ISI colocava o Estado como líder do processo de industrialização, a proteção das pequenas e médias empresas nacionais cuja maioria de origem familiar e a partir da década de 1950 as companhias multinacionais para os nichos que o capital nacional (privado e público) eram capazes de fazer.

Ao mesmo tempo em que a industrialização era acentuada trazia a necessidade de construção de um sistema financeiro que lhe desse suporte. Assim, de acordo com Costa e Does (2002), os canais de financiamento eram; i) estatal através de tesouro e outras instituições públicas; ii) setor externo especialmente para financiar as importações; e iii) autofinanciamento. As instituições financeiras, principalmente bancos privados, voltavam seu foco para operações de curto prazo para fugir da instabilidade e incerteza provocada pela inflação crescente, além da inexistência de um mercado de capitais desenvolvido. Porém o crescimento de 7% entre 1947 e 1961 e aprofundamento da industrialização era suportado segundo a visão de Studart (1995, p. 93-94) sustentado no elevado *mark-ups* que as empresas impunham dada a inflação e protecionismo.

Na esfera estatal assumem um papel preponderante os bancos públicos, especialmente o Banco do Brasil, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) criado em 1952 com foco no financiamento de canais de financiamento para a industrialização. Porém a era vista a necessidade de atrair a iniciativa privada materializada na reforma Campos-Bulhões iniciada em 1964. Influenciada pelo pensamento de Roberto Campos buscava imitar o modelo norte-americano dos anos 1930 que atribuía as instituições funções específicas para os segmentos bancários. Assim, como observam Costa e Does (2002, p. 10–12) foram criadas novas instituições financeiras com atribuições específicas como bancos comerciais para fornecerem crédito para capital de giro, financeiras com crédito ao consumidor e bancos de investimento o *funding* de longo prazo tendo sido instituídos também fundos sociais de financiamento.

A partir de 1968, com o controle do endividamento público, passou a aumentar o crédito destinado ao setor produtivo através principalmente do Banco do Brasil e BNDES. A iniciativa privada continuou com um papel secundário por que como observa Studart (1995) a inflação e mescla de títulos indexados e não indexados criava margem para insegurança, instabilidades, especulação e a priorização por investimentos de curto prazo e seguros. Apesar de o regime militar objetivar criar grandes conglomerados empresariais e bancários a fim de fortalecer o país e que dessem apoio mutuo entre si, mas que como observa Macarini (2007) fracassou e abandonado na a partir da gestão Geisel (1974–1979). Dando lugar a figura dos bancos múltiplos tendo grande parte da sua receita oriunda da especulação e necessidades de financiamento do Estado.

Na década de 1980, a crise mundial da década de 1970 chega ao Brasil, levando a estratégia ativa de enfrentamento baseada no aprofundamento ISI para adoção de políticas convencionais de ajuste recessivo, combate a inflação crescente, estrangulamento externo e endividamento público como também o desmonte do modelo de desenvolvimento baseado no modelo de substituição de importações. Dessa forma, o cenário para a abertura da década de 1990 e nova forma do modelo de desenvolvimento passava a ser desenhadas, levando a mudanças na forma das empresas brasileiras competirem e se relacionarem com o mercado (CIMOLI *et al*, 2003 e KATZ, 2005).

4.2 INDÚSTRIA BANCÁRIA BRASILEIRA

O desenvolvimento da indústria bancária no Brasil acompanhou o processo de industrialização e modernização, principalmente após a década de 1930. Apresentando um entrelaçamento histórico entre as instituições privadas e públicas que persiste até os dias atuais.

4.2.1 Origens e Crescimento do Capital Bancário

O Brasil se integrou desde cedo ao circuito financeiro internacional através de empréstimos, financiamentos e investimentos diretos, mas a internacionalização bancária no País passou a ocorrer em meados do século XX. Assim, já em 1911, ingressa o Banco Ítalo-Belga, seguido pela City Bank, em 1915, e o Banco Holandês Unido, em 1917. Nos anos 1950 ingressam três bancos japoneses, o Mitsubishi, o Banco de Tóquio e o Sumitomo, nos anos 1960 do capital alemão. Entre a Segunda Guerra Mundial e nos 1990 ocorreu um contínuo ingresso de bancos estrangeiros no Brasil, mas acentuado na década de 1990, devido a uma conjugação de fatores internos e externos (CORAZZA e OLIVEIRA, 2007)..

O cenário criado pelo processo de desenvolvimento permitiu que os pequenos bancos privados se disseminassem, chegando a casa das centenas aproveitando o ambiente de bonança caracterizado pela alta inflação e atividades especulativas, tendo muitos bancos formados por aventureiros e com uma estrutura de capital débil gerando riscos sistêmicos. Em paralelo, ocorre a concentração bancária refletindo a fragilidade da indústria bancária em que encolheu de 509 para 328 bancos no período entre 1945 e 1964, que nas palavras de Macarini (2007):

“revestido do simples desaparecimento de bancos de reduzido porte – enquanto os bancos de maior solidez não revelavam interesse na sua absorção, a despeito de alguns incentivos”.

A reestruturação do setor e instauração de marcos regulatórios é posta em curso com a reforma Campos-Bulhões na década de 1960, inspirada no modelo norte-americano pós-1929 que pregava a criação de bancos especializados, sobretudo de investimentos. Entretanto, a ideia inicial fracassou especialmente os bancos de investimentos, um dos motivos observados por Studart (1995) é a existência de títulos indexados e não indexados em um ambiente de inflação crescente, abrindo margem a ondas especulativas, que inviabilizam um planejamento de longo prazo necessário a um banco de investimentos. Ao mesmo tempo, Macarini (2007) ressalta que dentro do regime militar passou a fortalecer a ideia de que a criação de grandes instituições daria maior estabilidade e redução de custos do sistema bancário brasileiro, refletindo em um menor *spread* e maior abundância de crédito o menor custo. O resultado foi uma onda de fusões e aquisições bancárias patrocinadas pelo Estado. Além do mais era vista com bons olhos a criação de grandes conglomerados financeiros que apoiassem o setor produtivo dentro da lógica de “construção do poder nacional”.

Nessa época começaram a aparecer o embrião dos quatro grandes bancos privados brasileiros, denominados por Costa (2002) como RUBI (Banco Real, Unibanco; Itaú e Bradesco) e que começavam a ganhar força.

O Banco Real teve em origem em Minas Gerais em 1920 como um pequeno banco formado por fazendeiros mineiros denominado “Banco da Lavoura”. Paulatinamente foi aumentando a sua gama de produtos e rede de agências a ponto de em 1950 ser considerado o maior banco brasileiro em volume de depósitos, sendo considerado o maior banco privado do Brasil e América Latina. Porém em 1971 ocorre a cisão devido aos conflitos entre os dois irmãos, Aloyzio e Gilberto, filhos do principal fundador Clemente de Faria, dando origem ao Banco Bandeirantes e Real.

O Unibanco também tem origem em Minas gerais na década de 1920 como um pequeno posto bancário que em 1931 passou a se chamar Banco Moreira Salles. Após um rápido crescimento se fundiu com o banco Agrimer e Agrícola Mercantil (em 1967), dando lugar a União de Bancos Brasileiros S.A., na década de 1970 incorporando o Banco Predial, assumindo em 1975 o nome Unibanco.

O Bradesco é um banco paulista originado na Casa Bancária Almeida, em Marília, fundada por um grupo de amigos e que visava se transformar em banco chamando para isso o experiente Amador Aguiar nos anos 1940. A Partir de 1946 quando a sua sede foi transferida para a capital paulista, a instituição imprimiu um ritmo alucinante de expansão com aquisições, ampliação da sua rede de agências, captação de depósitos e prestação de serviços (cobranças, por exemplo) se transformando no maior banco do país a partir da década de 1970.

O Itaú nasceu em 1944 no estado de São Paulo, tendo como origem de seu capital à Cia. de Cimento Itaú, fundada principalmente pela família Setúbal. O grande impulso se deu com a fusão com o Banco Federal de Crédito em 1964, passando a ser denominado Banco Federal Itaú, mais tarde, apenas Itaú seguida de aquisições como o banco Sul Americano do Brasil, Banco América, Banco Português e herdou o Banco União Comercial que estava em situação pré-falimentar e que era um dos maiores bancos brasileiros.

O resultado do processo de concentração e construção dos grandes bancos nacionais é que na década de 1980 surgiam quatro grandes bancos privados nacionais: o RUBI. Constituído de bancos múltiplos que ofereciam diversos serviços financeiros além de um mero banco de varejo, envolvendo produtos como seguros e administração de consórcios, beneficiados pelo ambiente de alta inflação que lhes permitia ganhos fáceis. Além do mais, tais instituições como tantas outras frequentemente tinham empresas que atuavam no lado real da economia. Por exemplo, o grupo Itaú tem uma série de empresas que atuam do lado real da economia, em destaque para a Itaútec que é uma empresa de informática e petroquímica. Simultaneamente, de acordo com Costa (2002), o RUBI consolidou seus conglomerados financeiros e completou o seu ciclo de expansões. Por exemplo, o Bradesco consolidou a sua posição de maior banco brasileiro e da América Latina com mais de 1,4 mil agências e dois milhões de acionistas. Ou, no caso do Itaú, passou a atuar na área química e eletrônica com a aquisição da Philco.

4.2.2 Bancos Públicos

Das instituições públicas o destaque se dá ao Banco do Brasil que passa a ser a ponte de inúmeras políticas de Estado como agricultura e exportações. Além dos bancos privados é necessário ressaltar que os públicos tiveram um grande impulso. Porque como o sistema financeiro não tinha uma estrutura desenvolvida e as instituições privadas não tinham interesse em determinados produtos e serviços tais como financiamento de longo prazo cabia ao Estado assumir a tarefa. Uma estratégia coerente com o processo de industrialização baseado no modelo de substituição de importações, onde autores como Katz (2005) e Cimoli *et al* (2003) enfatizam: (i) a intervenção estatal como desejável e necessária; (ii) a proteção e incentivo as empresas nacionais; (iii) a atração de multinacionais como forma de absolver a plantas produtivas com maior exigência de capital e tecnologia conjugada com a capacidade de gerar externalidades positivas.

Assim, no rol dos bancos federais podemos destacar o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Ambos fundados no século XIX, mas o Banco do Brasil mais modernamente direcionado para a competição no mercado e, a Caixa, para apoio a políticas públicas como saneamento e habitação. Por isso é normal destacar o Banco do Brasil como um banco capaz de competir com as instituições privadas e disputar mercado nacional e internacionalmente. Adicionalmente, no período surgiram bancos estaduais que serviam como bancos dos estados e impulsionadores do desenvolvimento local e com funções de banco comercial (por exemplo, o Banespa em São Paulo e Banestado no Paraná), mas que na maior parte privatizados nos anos 1990 tendo como principais compradores bancos estrangeiros como parte da estratégia de penetração no mercado nacional.

O Banco do Brasil é a instituição bancária mais antiga do país, nascida em 1808 derivado do fato do Brasil ter se transformado na nova sede da Coroa Portuguesa (Banco do Brasil, 2010). Por todo o século XIX e até 1964, o Banco do Brasil acumulava diversas funções financeiras e de condução de política monetária e cambial do Estado brasileiro, preenchendo o vácuo da falta de um banco central. Entretanto, após a reforma financeira de 1964, promovida pelo governo Castelo Branco, o Banco do Brasil abandonou as suas funções na política monetária em nome da sua transformação em um banco cada vez mais comercial e voltado para competição frente aos seus congêneres privados, mas mantendo atribuições como banco público tais como ser intermediário dos pagamentos e recebimentos do governo federal, ser o principal meio para a oferta de crédito agrícola e exportações.

4.2.3 Reestruturação dos anos 1990s

A partir da década de 1970 os entraves da intervenção estatal sobre o sistema financeiro começaram a ser quebradas dando lugar a liberalização e desregulamentação financeira a nível mundial. Nesse cenário, Dymski (2007, p 259) afirma que o negócio dos bancos começou a ser reinventado visando a sobrevivência e redundou no surgimento de um novo mundo bancário beneficiado por um mercado financeiro cada vez mais integrado devido aos avanços da tecnologia de comunicação e transporte, a possibilidades de ganhos no mercado secundário e a busca de novos nichos de mercado e clientes. Em paralelo ocorre o movimento de reestruturação e concentração bancária. Por exemplo, como observados por Chick (2006) o advento do mercado comum integração econômica dos países europeus levou a reestruturação bancária, ao aumento no número de fusões e aquisições, afetando especialmente os bancos locais que precisaram repensar seus negócios a fim de não desaparecerem. De outro lado, começaram a nascer gigantes com sede de internacionalização como o banco espanhol Santander.

Para os países em desenvolvimento como mostra o trabalho BIS (2000) ocorre a abertura do mercado bancário para instituições financeiras como parte de um processo maior de abertura econômica. Em parte apoiada pela justificativa de autores como Goldstein e Turner (1996) de que os bancos estrangeiros de países desenvolvidos são mais eficientes que os de países em desenvolvimento. Por outro lado, Dages *et al.* (2000) explicitam as razões de um país abrir o mercado bancário como a facilidade de acesso a fundos estrangeiros, capacidade de atração de capitais, estabilidade macroeconômica, competição e eficiência do sistema bancário. Adicionalmente, a abertura a instalação de bancos estrangeiros no país servia como uma garantia de estabilidade ao sistema bancário nacional na medida em que essas instituições poderiam recorrer a fundos de suas matrizes para evitar a falta de liquidez.

No Brasil, trabalhos como Corazza (2000); Carvalho *et al* (2002); Paula e Alves (2003) enfatizam duas mudanças estruturais no mercado bancário ao longo da década de 1990. Uma é a abertura do mercado que começa a ocorrer paulatinamente a operação de instituições estrangeiras e liberalização do setor, identificado por Corazza e Oliveira (2007) como uma mudança na legislação após a constituição de 1988 pró abertura do mercado. A outra foi o controle da inflação pós-1994 que retirou dos bancos a maior fonte de receita que encobria ingerências e fragilidades, apesar de fortalecer os bancos brasileiros. Por isso que Corazza (2000) observa que o resultado foi uma crise bancária até mesmo em bancos de porte como Econômico, Nacional e Bamerindus e abrindo margem para a reestruturação do setor.

A reestruturação iniciou em 1994/1995 e provocou o processo de concentração, atração de instituições estrangeiras e redução da participação dos bancos públicos. Segundo Reis e Valadares (2004), a reestruturação bancária brasileira envolveu o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), cujo objetivo era dar solidez aos bancos e evitar que as dificuldades de algumas instituições se alastrassem pelos demais e aumentar o risco de uma crise sistêmica, especialmente recorrendo a penalização da má gestão. Ao mesmo tempo foi criado o programa de Redução da Participação do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES), que incentivava a privatização dos bancos estaduais reduzindo o número de 35 para 12 bancos até o ano de 2000. Adicionalmente, Carvalho *et al* (2002) enfatiza que o governo Fernando Henrique via com bons olhos a entrada de instituições estrangeiras baseada na visão convencional sobre os seus benefícios. Em que pese que uma das portas de entrada dessas instituições era a aquisição de bancos públicos em processo de privatização e bancos nacionais, especialmente de menor porte.

O “RUBI” sai fortalecido do processo e com oportunidades de ampliar sua participação no mercado através de aquisição de bancos públicos e absorção de instituições em dificuldade, mesmo ganhando competidores constituídos pelos grandes bancos internacionais tais como HSBC e Santander, consegue se modernizar e ganhar eficiência. Apesar do Banco Real ter sido adquirido pelo ABN Amro em 1998 sendo um marco na expansão de instituições estrangeiras no Brasil na medida em que era um dos maiores bancos do país. Em 2008 ocorre outro marco no mercado bancário brasileiro que é a fusão entre Itaú/Unibanco (2010) criando o maior banco do país e um dos maiores das Américas, justificado como forma de dar maior competitividade interna e capaz de entrar em mercados internacionais. Dessa forma, dois grandes bancos brasileiros, Itaú/Unibanco e Bradesco, emergem como capazes de praticar o processo de internacionalização.

O BB (2010) passou por uma profunda reestruturação durante o primeiro governo Fernando Henrique (1994 – 1998) em busca de dar sustentabilidade ao banco ao ser saneado e proporcionar tons mais comerciais as suas atividades. Assim, mesmo como uma instituição pública, admite acionistas privados e tem uma visão comercial do negócio em busca de competir com os demais bancos comerciais privados nacionais e internacionais. Uma característica não tão presente em outro grande banco federal, a Caixa, que apesar de atuar no varejo tem uma estrutura e atividades mais voltadas para atividades públicas.

Finalmente, o resultado do processo de reestruturação do setor bancário brasileiro é a formação de três grandes instituições nacionais potencialmente capazes de alçarem voos internacionais: Itaú/Unibanco; Bradesco; e Banco do Brasil (ver Quadro 1).

Quadro 1 – Comparativo entre Itaú/Unibanco, Bradesco e Banco do Brasil: Dados 2008/2009

	Itaú/Unibanco	Bradesco	Banco do Brasil
Lucro líquido (em bi de R\$)	10,10	8,01	8,80
Patrimônio líquido (em bi de R\$)	50,70	41,75	36,12
Depósitos (em bi de R\$)	190,80	171,07	337,56
Operações de crédito (em bi de R\$)	278,40	190,99	224,80
Ativos totais (em bi R\$)	608,30	506,22	708,55
Correntistas (em milhões)	23,40	20,90	32,36
Eficiência operacional (menor, mais eficiente)	42,40	41,00	41,90
Nº de agências	3.948	3.454	4.897
Nº de caixas eletrônicos	30.276	30.657	45.442
Nº de empregados	106.210	85.072	113.888

FONTE: Banco do Brasil (2010b); Bradesco (2010) e Itaú/Unibanco (2010)

As instituições privadas (Itaú/Unibanco e Bradesco) podem ver a internacionalização como forma de ampliarem seus lucros e ser um passo natural no seu processo de crescimento. Inclusive uma das justificativas para a fusão entre Itaú e Unibanco é criar uma instituição robusta capaz de competir no mercado externo. O Banco do Brasil tem um componente adicional que é uma diretriz de Estado a fim de dar maior importância ao Brasil no cenário financeiro mundial, além de ter a vantagem de ter o suporte estatal.

4.3 INTERNACIONALIZAÇÃO DOS BANCOS BRASILEIROS

A crise e reestruturação bancária em conjunto com abertura do mercado a concorrência estrangeira, especialmente dos bancos múltiplos europeus que estavam em processo de internacionalização tendo como foco a América Latina. Resultando na construção de uma ampla literatura a respeito dos efeitos da entrada de grandes bancos internacionais sobre a indústria bancária brasileira evidenciados em trabalhos como Corazza (2000); Carvalho *et al* (2002); Paula e Alves (2003). Muitos deles questionando os benefícios em relação aos ganhos de eficiência, aumento do acesso a fundos estrangeiros, estabilidade macroeconômica e maior competitividade. Por exemplo, Carvalho *et. al.* (2002) questionam os benefícios da instalação de bancos estrangeiros no Brasil em relação ao financiamento das empresas em que concluem a baixa influencia, pois as instituições estrangeiras preferiam seguir o modelo de negócios dos bancos nacionais prendendo as operações no curto prazo.

Trabalhos mais recentes como de Costa (2010) mantém a preocupação em relação ao efeito dos bancos estrangeiros sobre o mercado nacional. Entretanto, trazem como novo fator a mudança na concepção de negócio e cenário de atuação em que se os bancos estrangeiros vinham ao Brasil na década de 1990 atraído pela fragilidade e preços baixos dos ativos bancários, no governo Lula passaram a visar as possibilidades de ganhos no mercado interno característico de uma economia em crescimento. Entretanto, Costa indica que existe a possibilidade de grandes bancos brasileiros nominalmente citados como Bradesco, Itaú-Unibanco e Banco do Brasil se internacionalizarem como forme de ganharem escala e amplitude geográfica contribuindo para aprofundar a reestruturação bancária brasileira.

No mais, a produção acadêmica sobre o movimento de internacionalização bancária tendo como foco a expansão de bancos brasileiros no exterior se mantém escassa. O que pode ser encontrado são alguns trabalhos observando principalmente os movimentos do BNDES como de Hermann (2010) e Alem e Cavalcanti (2006) ainda muito tímidos. Dessa forma, constituindo um movimento que ganhou força recentemente, mas não necessariamente novo como o Banco do Brasil possuir uma longa tradição de negócios internacionais.

4.3.1 Fatores Propulsores

O movimento de internacionalização dos bancos brasileiros teve impulso na década de 2000, especialmente durante o Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010). Quando os bancos múltiplos (Bradesco, Itaú/Unibanco e Banco do Brasil) encontram um cenário favorável e, o BNDES, como banco de desenvolvimento e também de investimento recebeu aval e apoio do governo como forma de elevar a internacionalização da economia brasileira. Entre os fatores impulsionadores seis entram em destaque.

4.3.1.1 Construção Institucional dos Bancos Nacionais

Ao longo do século XX, o Brasil conseguiu construir instituições bancárias fortes que no decorrer do tempo conseguiram se adaptar as mudanças na economia brasileira e garantir a sua solidez.

Entre as instituições privadas que tomam o protagonismo que tomam o protagonismo na indústria bancária: Bradesco; Itaú/Unibanco e Banco Real possuem histórias que remontam ao começo do século XX (ver Costa, 2002). Apesar de fusões, aquisições e mudanças de nome conseguiram se solidificar no mercado e manter certa tradição. A exceção se dá com o Banco Real adquirido pelo holandês ABN Amro em 1998, sendo incorporado ao espanhol Santander após a compra global do ABN Amro, levando ao sepultamento da marca Banco Real.

Os bancos múltiplos públicos se destacam a Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil que constituem instituições centenárias que incorporaram funções públicas a suas atividades bancárias. As quais cresceram em conjunto com a necessidade do Estado aumentar a intervenção no mercado financeiro e suprir as crescentes demandas do mercado.

O BNDES constitui um banco de desenvolvimento que nasceu na mesma época que os grandes bancos de desenvolvimento do mundo como o alemão KfW e coreano KDB. Ambos que nasceram para apoiar o desenvolvimento industrial e fortalecimento da economia dos países em questão.

4.3.1.2 Fortalecimento dos Bancos Nacionais

A crise da década de 1990 forçou a reestruturação do sistema financeiro brasileiro de forma a permitir maior solidez e eficiência, criando um cenário mais confortável para a operação de grandes bancos contribuindo para solidez conjugado com novo marco regulatório.

Os bancos privados são obrigados a substituir as receitas obtidas através da especulação fazendo uso da hiperinflação por novas fontes de renda. Inicialmente visto por Carvalho e Oliveira (2001) substituídos pelo aumento das tarifas e oferta de crédito, mas se revelando uma forma de elevar a fragilidade do sistema na medida em que as expectativas de inadimplência cresciam forçando o governo a intervir através do PROER e incentivando o saneamento e fusões de instituições em dificuldade. As sobreviventes saíram fortalecidas e capazes de repensar o modelo de negócio, administração e inserção no mercado.

Para os bancos públicos múltiplos significa uma reestruturação visando a solidez, eficiência e lucratividade passando a agir de forma semelhante a bancos privados, colocando as funções públicas como assessórias e aceitáveis desde que não prejudiquem a saúde da instituição. Por exemplo, o BB (2010) se livra dos esqueletos e passa a visar resultados e se fortalecer no mercado, inclusive buscando competir em condições de igualdade com instituições privadas.

Entretanto, o novo cenário para o BNDES significa a oportunidade de fortalecer a sua posição na economia brasileira ao desenvolver um papel técnico e financeiro decisivo no processo de privatização e inserção da economia brasileira no cenário internacional.

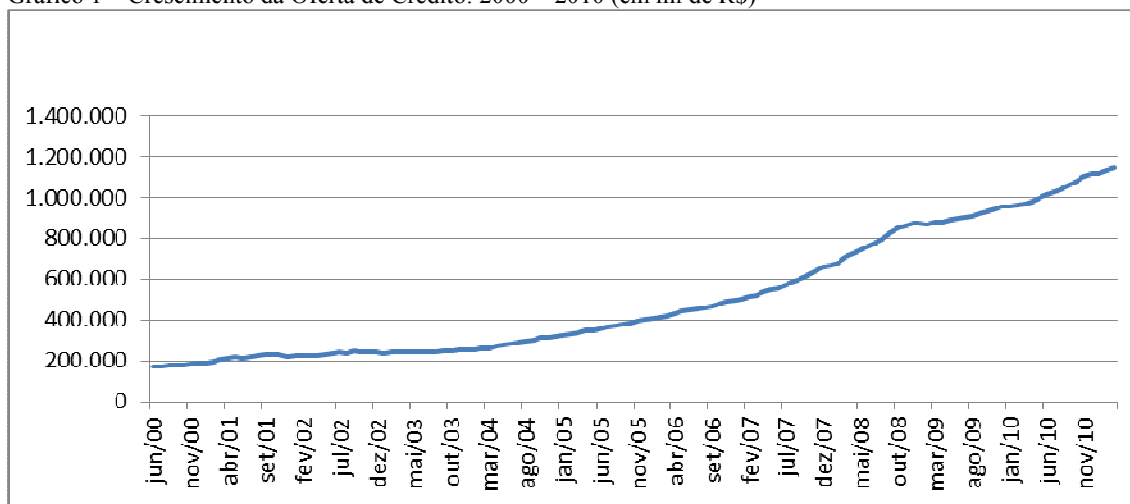
4.3.1.3 Concorrência Estrangeira

A entrada de bancos estrangeiros no Brasil esteve relacionada ao fator interno e externo. O interno relacionado ao movimento de privatização dos bancos públicos estaduais e existência de instituições fragilizadas de abaixo valor de aquisição atrativos a instituições estrangeiras (Costa, 2010). O externo está ligado ao movimento de consolidação do mercado bancário europeu e implantação da eurozona que permitiu a formação de grandes grupos que lançavam a internacionalização entre os países da União Europeia e América Latina (ver Chick, 2006 e Dermine, 2002). O que força os bancos nacionais a se adaptarem ao cenário e buscarem melhoram na qualidade e eficiência dos serviços. Buscando soluções adequadas ao mercado brasileiro que possui um desenho diferente de mercados maduros como europeus, proporcionando vantagens competitivas tais como atendimento ao consumidor final e maior rapidez na organização interna.

4.3.1.4 Mercado Interno

Durante o governo Lula os bancos brasileiros se beneficiaram pela força do mercado interno provocada pelo crescimento do crédito bancário e expansão do mercado de capitais. Dessa forma, os ativos de bancos brasileiros ficaram valorizados em a ponto de desincentivo que bancos estrangeiros buscassem se instalar no Brasil através da aquisição de instituições locais para competir no segmento de varejo. Ao mesmo tempo, conjugado com o fator câmbio deu força as instituições nacionais em competir e adquirir instituições no exterior. Para o BNDES significa um impulso para elevar a participação na política de provisão de crédito para investimentos e fortalecimento da estrutura produtiva a recebendo recursos do governo federal (ver gráfico 1).

Gráfico 1 – Crescimento da Oferta de Crédito: 2000 – 2010 (em mi de R\$)



Fonte: BACEN

4.3.1.5 Cenário Externo

Os mesmos fatores que deixavam caros os ativos de bancos nacionais para estrangeiros os afastando, tinham o efeito inverso para os bancos nacionais na medida em que barateavam a aquisição de ativos no exterior. Particularmente importante para os bancos múltiplos privados e públicos. Entretanto, para o BNDES tem mais a ver com a política externa brasileira de afirmação e busca da formação de uma área de influência ao financiar investimentos que beneficiem a economia brasileira.

4.3.1.6 Necessidade de Explorar Novos Mercados

Proporcionalmente os bancos múltiplos brasileiros são menores que os maiores de países desenvolvidos. Dado o cenário externo favorável a tendência é que os bancos nacionais aproveitem a onda para ampliar a sua área de atuação e escala. Tornando-se mais fortes para concorrer com os grandes bancos internacionais. Entretanto, o BNDES constitui um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo que equivale ao KDB também sendo um dos que mais investe em internacionalização.

4.4 EVIDÊNCIAS

A literatura sobre o processo de internacionalização de bancos brasileiros é inexistente possivelmente muito influenciada pela atualidade do fenômeno. O que se pode observar são tendências gerais presentes na estratégia de internacionalização de cada banco, muitas delas implícitas nas declarações dos dirigentes. O início sobre quais são essas tendências pode se dar investigando a grande fusão da década de 2000 no mercado bancário brasileiro entre Itaú e Unibanco e o aspecto internacional por detrás do negócio.

No dia 3 de novembro de 2008, Itaú e Unibanco assinaram contrato de associação para a unificação das operações financeiras dos dois bancos, oficializando o processo de fusão para criar um dos maiores conglomerados do Hemisfério Sul e do mundo (ITAÚ/UNIBANCO, 2010b). No calor do negócio o presidente-executivo do novo grupo, Roberto Setúbal, deu a declaração:

"nós [o Brasil] precisamos de um banco internacional. Esse banco, com uma base de capitalização forte, terá capacidade de financiar as empresas que estão se internacionalizando" (FOLHA ONLINE, 2008)

O que deixa evidente que a fusão estava relacionada a necessidade de criar um grupo forte capaz de competir internacionalmente. Logo depois, na mesma entrevista Setúbal declara:

"a América Latina é um lugar natural para um banco brasileiro se internacionalizar. Há outros países [latino-americanos] que são atraentes e onde não estamos como México e Colômbia"

Nesse ponto o dirigente deixa claro que a expansão internacional vai ocorrer e a América Latina é o alvo principal.

Em números de fato a holding Itaú/Unibanco (2010b) detém uma baixa participação dos negócios no exterior, apesar de terem negócios e representantes nos quatro cantos do globo, o patrimônio líquido é de cerca de US\$ 10 bilhões é uma porcentagem baixa em relação ao total do Grupo e não vem bem da competição com bancos de outros países, mas de outros negócios. Porém quando se observa os rumores de negociações para a aquisição de instituições de outros países percebe que o objetivo é competir internacionalmente. No começo de 2010, palpitavam rumores da compra de ações dos bancos europeus RBS e Lloyds, defendidas por um dos conselheiros do Grupo, Pedro Malan, também estudando a participação em instituições financeiras de outros países, incluindo os EUA. Porém dos negócios efetivados podem ser citados a aquisição do banco argentino Del Buen Ayre em 1998 e do Bank Boston da América Latina em 2006 permitindo atuar no varejo do Uruguai e Chile (SEEB, 2010).

O Bradesco a despeito de seu tamanho não foca na internacionalização de suas atividades pelo menos oficialmente. Entretanto, no começo de 2010 entrou em entendimentos para a aquisição do Ibi no México, justificada pelo diretor do Bradesco Cartões, Marcelo Noronha, como uma mera compra de oportunidade e que o foco de negócio do banco continua no mercado brasileiro. Contudo, a Ibi é a marca de cartões oficiais da loja de departamentos C&A, estendendo uma parceria consolidada no Brasil a mais de 20 anos. A carteira do Ibi México é pequena na medida em que envolve um milhão de cartões, carteira de crédito equivalente a R\$ 180 milhões e uma distribuição em 55 lojas da C&A quando comparada com o Brasil que detém cerca de 30 milhões de cartões, 115 agências, e 171 postos avançados dentro das lojas C&A (VALOR ON-LINE, 2010b).

O Banco do Brasil tem como impulso na sua internacionalização além de fatores de estratégia de mercado o incentivo do Estado, pois é um banco estatal que após as reformas da década de 1990 também pensa e age como um banco privado. Tanto que em dezembro de 2009 conseguiu autorização para negociar as suas ações na bolsa de Nova York, em parte utilizado para levantar recursos a fim de impulsionar a sua expansão e aquisição de instituições no exterior. A influência do estado brasileiro é grande ao cobrar que o banco se internacionalize dentro do contexto de uma necessidade maior do Brasil. Tanto que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou em um discurso em 2009 que “o BB precisa virar o banco mais importante da geografia política do nosso continente” (GLOBO, 2009). De certa forma, o presidente está colando a política externa brasileira

com a internacionalização do Banco do Brasil.

Uma atenção especial precisa ser dada a recente aquisição realizada pelo Banco do Brasil: o argentino Banco da Patagônia. Por que representa um passo real e marcante em nome da internacionalização? A compra deste concorrente envolveu a quantia de US\$ 480 milhões para ficar com o controle acionário. Assim, o Banco do Brasil passou a deter 51 por cento do capital votante, exatas 366.825.016 ações, a um preço de 1,3076 dólar por ação, totalizando US\$ 479,66 milhões. Segundo o comunicado, o Patagônia possuía ao fim de 2009 2,57 bilhões de dólares em ativos, carteira com mais de 775 mil clientes e 2.660 funcionários (EXAME, 2010b).

Além desta primeira compra efetiva de um concorrente internacional, começam a aparecer rumores na imprensa sobre a negociação do Banco do Brasil em relação a aquisição de outras instituições no exterior. A ideia é seguir buscando oportunidades, inclusive dos Estados Unidos, em busca de dar início a uma grande onda de aquisições. Um destaque especial é o plano de adquirir um banco norte-americano para se fixar naquele mercado (SEEB, 2010).

O BNDES acompanhando o movimento de outros bancos de desenvolvimento busca elevar a participação em empreendimentos internacionais. Por exemplo, em 2009 foi inaugurada a subsidiária do Banco em Londres tendo como objetivo, segundo Luciano Coutinho, presidente da instituição:

“fornecer condições de observar o mercado e auxiliar no acesso aos mercados de crédito e de capitais, a partir do próprio coração financeiro do sistema, que é a City de Londres” (BNDES, 2009).

O objetivo do BNDES dentro do processo de internacionalização é dar suporte as companhias brasileiras que alçam voos internacionais. Característica derivada do fato de ser um banco de desenvolvimento.

4.5 CONCLUSÃO

A indústria bancária brasileira é relativamente recente e que ganhou força a partir da década de 1930 quando o processo de industrialização e modernização é aprofundado, levando a formação de instituições privadas e públicas fortes ao longo do tempo. Depois da reestruturação da década de 2000 os “vencedores” do processo de concorrência criaram condições para se transformar em grandes bancos nacionais com potencial para competirem no cenário Internacional. O realmente vem a ocorrer na década de 2000 quando encontram cenário interno e externo favorável a expansão.

No processo de formação da indústria bancária a participação pública desempenhou um papel fundamental redundando na formação de bancos públicos em destaque o conglomerado financeiro formado pelo Banco do Brasil e de desenvolvimento que é o BNDES. O primeiro age como um banco múltiplo privado que vê na internacionalização uma forma de alavancar seus negócios e se colocar como um dos grandes bancos internacionais complementando um processo que vem desde a década de 1960. O BNDES se internacionaliza para suprir as demandas das empresas brasileiras que alçam voos internacionais e precisam de suporte financeiro no exterior, incluindo financiamento de investimentos e empreendimentos no exterior. Desempenhando um papel semelhante a de outros bancos de desenvolvimento.

5 BNDES: TRAJETÓRIA INTERNACIONAL E PODER ESTATAL

Entre as instituições estatais podemos destacar os bancos de desenvolvimento (BD) que cumprem o papel de impulsionar projetos que contribuam para o desenvolvimento econômico e fortalecimento da economia nacional, normalmente controlados por um ou mais Estados nacionais, viabilizando projetos que não despertam o interesse do sistema financeiro privado. Entre as funções apresentadas pelo Banco Mundial (2010) se destacam o empréstimo de longo prazo a taxas de juros menores que os praticados pelo mercado, assistência técnica e outros serviços necessários para preparação de projetos a serem submetidos para avaliação.

No âmbito da cooperação multilateral o mais importante BD é o Banco Mundial, seguido de instituições regionais como Africa Development Bank, Asian Development Bank, European Bank for Reconstruction and Development, Inter-American Development Bank entre outros como Islamic Development Bank. Na esfera nacional os BD não se restringem a países em desenvolvimento como Brasil (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômica e Social – BNDES), China (China Development Bank – CDB) e Coreia (Korea Development Bank - KDB), mas encontrados em países desenvolvidos como Alemanha (Germany's Kreditalanstalt für Weidaruftban - KfW), Japão (Japan Development Bank – DBJ) e Canadá (Bank Development of Canada – BDC).

Cada BD possui uma forma e estratégia de intervenção influenciada pelas características do modelo de desenvolvido, do país e estratégia de inserção produtiva e internacional. No caso do Brasil, no aspecto econômico observado por Hermann (2010) e de relações internacionais por Sousa (2007), constata-se o crescimento das operações internacionais do BNDES como forma de impulsionar a internacionalização e elevar a competitividade da economia e, simultaneamente, atuar como instrumento complementar a política externa visando maior voz no cenário internacional. Explicitamente defendidas pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e em consonância com outros países em desenvolvimento como China e Coreia do Sul.

Para analisar o papel do BNDES como braço do Estado em relação a política de internacionalização o capítulo está articulado em quatro partes. A primeira apresenta noções gerais sobre os bancos públicos e desenvolvimento. A segunda aborda o papel do BNDES dentro da construção do modelo de desenvolvimento brasileiro. O terceiro analisa e apresenta a estrutura atual e estratégia de ação com uma breve comparação com outros países que detenham instituições semelhantes.

5.1 ORIGEM, FUNÇÕES E ESTRUTURA

O BNDES foi criado em 20 de junho de 1952 pela Lei nº 1.628, originalmente denominado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, inicialmente uma autarquia federal cujo papel era formular e executar políticas de desenvolvimento econômico (BNDES, 2010). O surgimento do Banco tinha como objetivo fornecer linhas de crédito de longo prazo para viabilizar o processo de industrialização entre os projetos de infraestrutura e suporte a empresas estatais, em seguida ampliando o escopo de atuação para indústria, setor agropecuário, pequenas, médias e grandes empresas.

A criação do BD especializado em dar suporte ao processo de industrialização fazia parte da estratégia de desenvolvimento por substituição de importações (ISI) comum nos países da América Latina. Katz (2005) observa três elementos desse modelo: i) apoio as pequenas e médias empresas familiares para criar um empresariado nacional forte; ii) a intervenção estatal como um “motor” do crescimento, provedor de serviços público e estrutura; e iii) atração de multinacionais para setores em que a iniciativa privadas e a estatal não tinham condições financeiras/tecnológicas de atuar. Nesse contexto, Studart (1995) observa um sistema financeiro privado fraco que busca se proteger das instabilidades da economia nas operações no curto prazo e especulação, levando a necessidade da intervenção estatal para fornecer linhas de crédito de longo prazo voltadas para o setor produtivo.

Quando os militares chegaram ao poder em 1964 implantaram reformas para livrar os entraves ao aprofundamento do processo de industrialização em que um dos pontos-chaves era trazer a iniciativa privada para apoio ao setor produtivo complementando a ação estatal. Segundo Almeida (1984), materializada na Reforma Campos-Bulhões inspirada no modelo norte-americano ao dividir o sistema financeiro em segmentos e instituições especializadas. Entretanto, ainda no fim da década de 1960, Macarini (2007) observa que a dinâmica da indústria bancária, banqueiros e grupos de interesse dentro e fora do governo levaram a prevalência do modelo europeu de banco múltiplo (ou universal). Em paralelo, a instabilidade e especulação criada pela inflação crescente, convivência entre títulos indexados e não-indexados contribuíram para inviabilizar o negócio dos bancos de investimento que deveriam ser os principais agentes fornecedores de crédito para o setor produtivo. Levando ao fracasso do ponto central da reforma e trazendo a necessidade de elevar a intervenção de instituições estatais tais como bancos públicos federais, estaduais e BNDES.

Para o BNDES (2010) significou a oportunidade e necessidade de aumentar a sua participação como instrumento financeiro do Estado, evidenciado pela transformação em empresa pública no ano de 1971 justificado pela busca da maior flexibilidade e menor interferência política. O próprio Banco se orgulha de ter assumido a posição de “*peça fundamental na política de substituição de importações*”. Dentro da política de ampliação, em 1974 o BNDES estabeleceu três subsidiárias para atuar no mercado de capitais e auxiliar na capitalização das empresas brasileiras em 1982 fundidas para formar o BNDESPAR.

Na década de 1980, quando o Brasil sente os efeitos da crise internacional derivada pelos “choques do petróleo” da década anterior materializada na crise do endividamento externo, público e inflação crescente e baixo crescimento. Nesse cenário, o BNDES como instituição financeira pública atua para contrabalançar os efeitos da crise e atenuar o estrangulamento externo. Na estratégia de atuação do BNDES (2010) é integrado o conceito de integração competitiva ao expandir o mercado interno e habilitar a economia brasileira a concorrer no mercado externo, principalmente estimulando as exportações. Na mesma época, as grandes empresas brasileiras consolidadas no mercado interno passaram a conquista do mercado externo como parte da sua estratégia de negócios.

Na década seguinte o modelo de baseado na elevada intervenção estatal é substituído pelo que Perry Anderson (1995) chama de onda de neoliberalismo oriunda dos países centrais. Abraçada pelo governo Collor (1990 – 1992) que passou liberalização e desregulamentação da economia, aprofundado na gestão Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995 – 2002). Dessa forma, como observam autores como Katz (2005) e Cimoli *et al* (2003) o modelo prevalente desde a década de 1930 era desconstruído através da redução da intervenção estatal e abertura do mercado nacional a concorrência internacional, incluindo as privatizações e liberalização dos setores considerados estratégicos como sistema financeiro, mineração e infraestrutura.

Frente ao novo cenário o BNDES (2010b) fortalece o papel de instrumento de ação estatal ao estruturar e executar projetos de privatização através do suporte administrativo, financeiro e técnico. Evidenciado no Programa Nacional de Desestatização da Gestão Collor iniciado em 1991. Nos anos seguintes, principalmente durante o primeiro governo de FHC (1995 – 1998), o Banco acentuou seu papel na viabilização das privatizações e o suporte a participação de grupos nacionais e estrangeiro. Por exemplo, a participação na privatização do Sistema Telebrás ocorrida em 1998, selando a mudança estrutural do setor ao passar do monopólio público para mãos de empresas privadas.

Para o sistema financeiro a visão liberalizando da gestão FHC unida a necessidade de fortalecer e dar competitividade ao mercado bancário levou a abertura a concorrência de instituições estrangeiras e abertura ao movimento de capitais. O objetivo observado por Carvalho *et al* (2002) era fortalecer o sistema bancário nacional e prover de estabilidade a economia brasileira. Em paralelo, forçar que a iniciativa privada passasse a participar do financiamento de longo prazo complementando a função do BNDES. Entretanto, os bancos estrangeiros se adaptaram ao mercado brasileiro e preferiram seguir os passos das instituições nacionais baseando o grosso de suas operações para operações de curto prazo e especulativas.

Desse cenário o BNDES (2010) emerge como instrumento fundamental para a ação do Estado e viabilização de projetos que contribuíssem para a descentralização regional, de incentivo a exportação passou a integrar micro, pequenas e médias empresas, avançando ao considerar o risco ambiental e incluir na gama de produtos oferecido o microcrédito. Para Hermann (2010) o papel do Banco na economia brasileira cresceu entre 1990-2006 em desacordo com um discurso geral pró-liberalização, mas motivado por necessidades práticas: i) financiamento de projetos que elevem a competitividade frente a concorrentes externos; e ii) preencher o vácuo deixado pelas instituições privadas. Em ambos os casos atuando como um banco de desenvolvimento e direcionando crédito para setores considerados estratégicos para país.

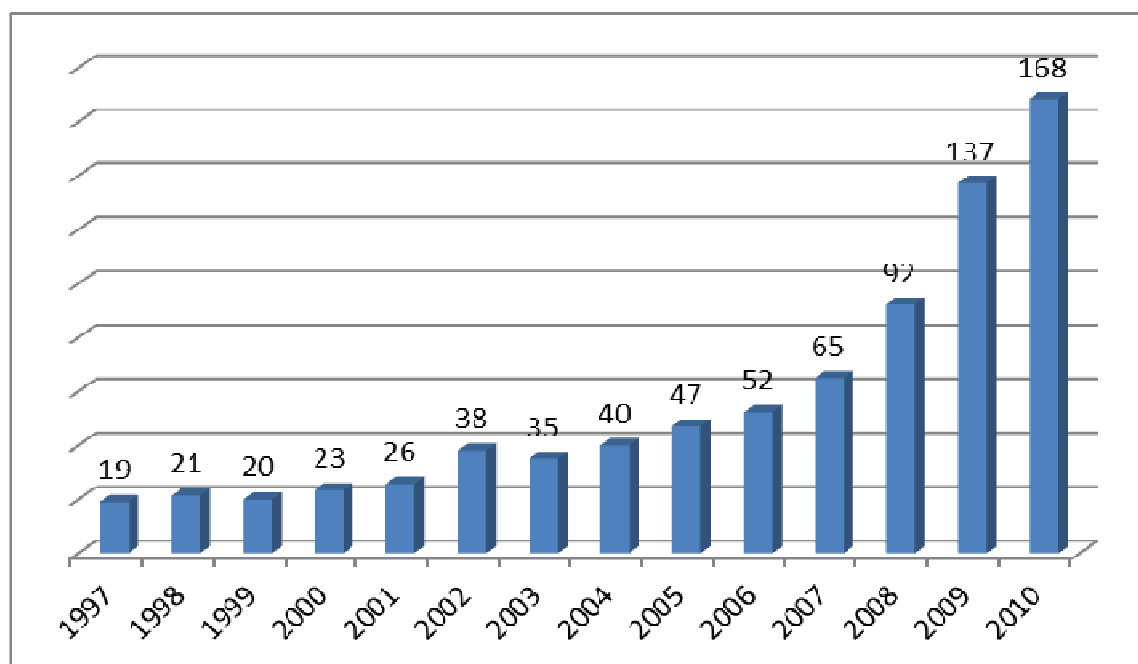
Ao olhar a trajetória do BNDES no período entre 1990-2006 é possível verificar um pragmatismo na medida em que a necessidade de aumento da competitividade e reestruturação produtiva se sobrepõem as diretrizes de liberalização e redução da intervenção estatal. O resultado é uma elevação da participação do Banco na economia, inclusive como forma de preparar empresas públicas para a privatização e oferta de linhas de financiamento para a iniciativa privada elevar a competitividade. Em parte, a trajetória do BNDES guarda semelhança com o pragmatismo prevalente em outras áreas como petrolífero visto por Souza-Santos (2010) como o movimento para eficiência do setor, mas colocando a Petrobras como uma empresa estatal chave para a obtenção da autossuficiência em petróleo e gás.

5.2 ESTRUTURA ATUAL E ESTRATÉGIA DE AÇÃO

O foco do BNDES (2010) é direcionado a projetos de fomento do desenvolvimento econômico através de programas voltados ao aumento da competitividade, promover a sustentabilidade, inovação, geração de empregos e renda associado a redução das desigualdades sociais e regionais. Os segmentos contemplados se situam nos ramos de agropecuária, indústria, comércio e serviços, infraestrutura, oferecendo condições vantajosas para micro, pequenas, médias e grandes empresas, além de incentivar as exportações e o fortalecimento ao mercado de capitais. Assim, constitui um dos principais agentes de intervenção estatal em prol do fortalecimento da economia e aumento da competitividade por meio de programas de direcionamento de crédito.

Nos últimos anos as linhas de crédito e o volume de recursos disponibilizados para os investimentos de empresas nacionais, estrangeiras, governos e outras entidades foram ampliados. Por exemplo, o volume de empréstimos anuais foi multiplicado em pouco mais de uma década por quase 10 vezes, passando de R\$ 19,1 bilhões em 1997 para R\$ 168,4 até outubro de 2010 (ver Gráfico 2). O crescimento dos desembolsos se deu principalmente no segundo mandato do governo Lula (2007 – 2010), onde recebeu aporte de recursos do tesouro visando alavancar e sustentar o nível de investimento necessário para dar suporte ao crescimento econômico, recebendo em 2009/2010 aportes de capital de R\$ 180 bilhões.

Gráfico 2 - Crescimento dos desembolsos do BNDES (em bi de R\$)



Fonte: BNDES (2010c)

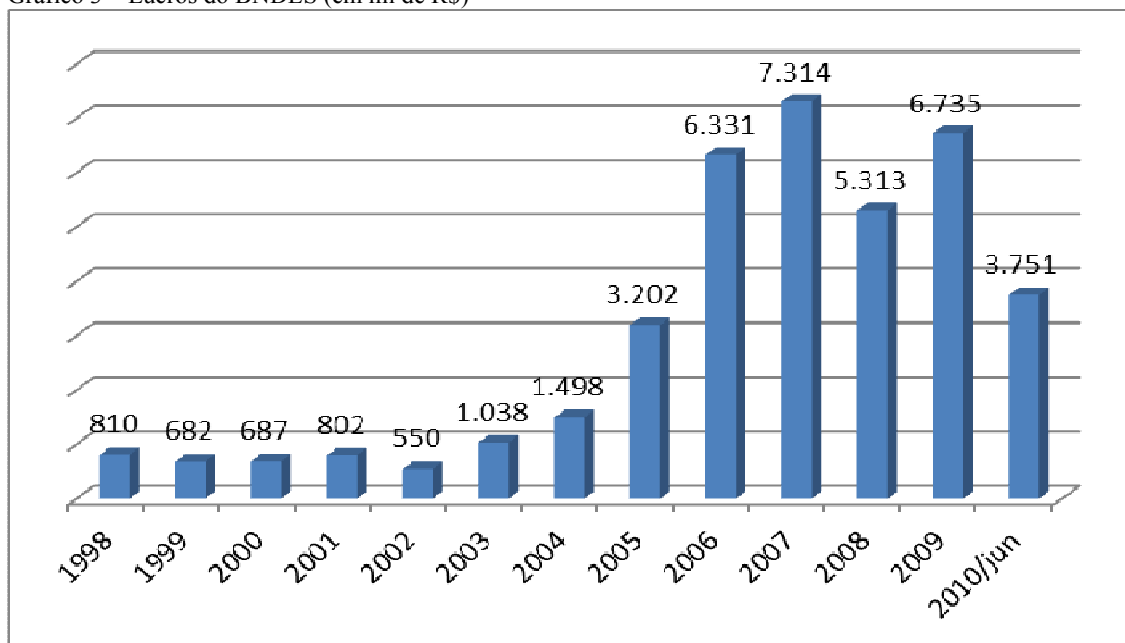
Segundo Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, o crescimento do Banco é uma forma de exercer as suas missões fundamentais e impulsionar a economia brasileira, especialmente em relação a necessidade de investimento de longo prazo que a iniciativa privada não tem como preencher isso no curto prazo (ALIDE⁴, 2011). Entretanto, Coutinho ressalta que é necessário e benéfico a atração da iniciativa privada para complementar e ação pública por meio de programas de direcionamento de crédito direto (direcionar crédito para os projetos considerados estratégicos, por exemplo, exportação e ampliação da capacidade produtiva) e indireto (oferecer incentivos a que determinados projetos sejam efetivados em relação a outros, por exemplo, infraestrutura).

Torres Filho (2009) argumenta que o crescimento e importância do BNDES estão diretamente relacionados a três fatores. O primeiro reside na importância do setor produtivo formado por indústria relevante e moderna. O segundo relacionado a dimensão continental do país e elevada produção agrícola brasileira. Por fim, as elevadas taxas de juros e curto prazo dos empréstimos oferecidos pelas instituições privadas que atuam no Brasil. Dessa forma, o BNDES se coloca como um dos grandes BD do mundo ao lado do coreano KDB, alemão KfW, chinês CDB, canadense BDC e japonês DBJ.

A lucratividade do BNDES (2010c) cresceu nos últimos anos em conjunto com o crescimento dos desembolsos (ver Gráfico 3). Na comparação entre o primeiro semestre de 2009 e 2010 o lucro registrou um crescimento de 408,6%, respectivamente, saltando de R\$ 702 milhões em 2009 para R\$ 3,6 bilhões em 2010. Ao mesmo tempo, a inadimplência se manteve baixa e estável ao redor de 0,20% da carteira total e 97,9% do total de créditos concedidos foi classificado com níveis de risco AA e C, abaixo da média do Sistema Financeiro Nacional.

⁴ Asociacion Latinoamericana de Instituciones Financieras Para el Desarrollo

Gráfico 3 – Lucros do BNDES (em mi de R\$)



Fonte: BNDES (2010c)

A carteira de empréstimos do BNDES tem como principal foco a construção da infraestrutura, seguido da indústria e exportação, mas de forma secundária a agropecuária e comércio e serviços. Possuindo um portfólio típico de uma instituição de desenvolvimento (ver Tabela 2).

Tabela 2 – Destino dos Desembolsos do BNDES: 2010

Ramo	em bi de R\$	Em %
Agropecuária	10,126	6
Indústria	78,769	47
Infraestrutura	52,424	31
Comércio e serviços	27,104	16
Total	168,423	100

Fonte: BNDES (2011)

Assim, o BNDES constitui um instrumento fundamental para a construção dos mecanismos de financiamento de longo prazo da economia brasileira (Hermann, 2010). Capaz de políticas de direcionamento de crédito para as áreas consideradas estratégicas promovendo a competitividade, inserção internacional e pavimentando o caminho para crescimento econômico de longo prazo.

5.3 INSERÇÃO INTERNACIONAL

Uma das tarefas do BNDES é apoiar a inserção internacional da economia brasileira ao proporcionar competitividade ao setor produtivo, suporte as exportações e investimentos no exterior. Não que o Banco seja um carro chefe no movimento de internacionalização das empresas brasileiras, mas acompanha o movimento que ganhou corpo desde a década de 1970 e considerada uma nova fronteira para as empresas nacionais conquistarem novos mercados.

5.3.1 Panorama de Internacionalização Produtiva

O movimento de internacionalização das empresas brasileiras estava presente desde idos da década de 1970 como forma de conquistar novos mercados a ampliar as oportunidades de negócio. Na última década, os estoques de ativos brasileiros investidos no exterior passaram de US\$ 68 bi em 2001 para 170 em 2008, no mesmo período os investimentos diretos saltaram de US\$ 49 bi para 122 (ver Tabela 3). Tendo como pano de fundo a expansão internacional das empresas brasileiras que intensificaram o investimento na criação de bases produtivas em outros países seja pela aquisição de concorrentes e/ou construção de operações das companhias em mercados externos. Ao mesmo tempo, encontrando um cenário externo favorável de elevada liquidez internacional, liberdade na movimentação de capitais, crescimento econômico mundial e valorização do real tornaram atrativas a aquisição de ativos no exterior.

Tabela 3 – Capitais Brasileiros no Exterior: 2001 – 2007 (em US\$ milhões)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
TOTAL	68.598	72.325	82.692	93.243	111.741	152.214	155.176	170.397
Investimento Direto Brasileiro no Exterior	49.689	54.423	54.892	69.196	79.259	114.175	103.923	122.140
investimento direto (a partir de 10%)	42.584	43.397	44.769	54.027	65.418	97.715	75.376	80.226
empréstimos intercompanhia ^{2/}	7.104	11.026	10.123	15.169	13.842	16.460	28.547	41.914
Investimento em Carteira	5.163	4.449	5.946	8.224	9.586	14.429	22.124	16.283
portfólio - participação societária	2.517	2.317	2.502	2.258	2.725	2.811	3.364	4.025
BDR	483	71	94	94	84	943	3.280	803
portfólio - título da dívida - Longo Prazo (<i>bônus/notas</i>) ^{3/}	577	941	1.491	2.899	3.602	6.185	6.792	6.496
portfólio - título da dívida - Curto Prazo (<i>market instruments</i>) ^{4/}	1.585	1.120	1.859	2.973	3.176	4.490	8.688	4.959
Derivativos	42	105	81	109	119	113	142	609
Financiamento	155	313	186	68	98	70	99	123
Empréstimo	696	537	687	631	726	562	-	-
<i>Leasing</i> /Arrend. Financeiro Longo Prazo	1	3	0	-	1	1	785	658
Depósitos	9.441	7.890	16.412	10.418	17.077	17.200	22.487	24.051
Outros Investimentos	3.411	4.605	4.488	4.597	4.875	5.664	5.616	6.533
Número de Declarantes	11.659	10.164	10.622	11.245	12.366	13.404	15.289	16.105

Fonte: Declarações do CBE (Capitais Brasileiros no Exterior)

Para Alem e Cavalcanti (2005) o movimento de expansão internacional das empresas brasileiras é considerado estratégico na medida em que assegura a conquista de novos para bens e serviços, fortalecendo a competitividade ao fornecer economia de escala, especialização, fortalecimento da base financeira e investimento em pesquisa e desenvolvimento. Por outro lado, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC (2011) vê o apoio a internacionalização como uma estratégia explícita de fortalecer a economia brasileira (ver Quadro 2).

Quadro 2 – Objetivos Estratégicos Para Empresas e Sistemas Produtivos

Liderança Mundial: Manter ou posicionar sistema produtivo ou empresa brasileira entre 5 maiores players mundiais	Conquista de Mercados: Manter ou posicionar sistema produtivo local entre 5 maiores exportadores mundiais	Focalização: Construir e consolidar competitividade em áreas estratégicas, de alta densidade tecnológica	Diferenciação: Posicionar empresas e marcas brasileiras entre as 5 principais em seu mercado de atuação	Ampliação do acesso: Ampliar acesso da população a bens e serviços básicos para a qualidade de vida
---	---	--	---	---

Fonte: MDIC (2011)

O resultado da estratégia de desenvolvimento para o setor produtivo enunciado pelo MDIC é vincular o sucesso das empresas brasileiras ao desempenho obtido no exterior relacionado a inserção do Brasil na economia internacional. Assim, levar o Brasil a acompanhar o movimento internacional de formação de multinacionais em países em desenvolvimento fora do eixo Japão-EUA-Europa. Na América Latina, Santiso (2008) ressaltava a emergência das “*multilatinas*” de origem principalmente no Brasil e México que são derivadas do modelo de desenvolvimento praticado durante a segunda metade do século XX.

5.3.2 Estratégia de Atuação

O BNDES como um BD incorpora na estratégia de apoio ao setor produtivo às diretrizes de ação oriundas do Estado representadas pela visão do MDIC (ver Quadro 1). Assim, Alem e Cavalcanti (2005) observa que o Banco incorpora ao seu portfólio de programas que visem o fortalecimento de empresas nacionais e dê suporte a internacionalização. Mesmo contando com críticas como de que ao financiar o investimento em outros países estaria desviando recursos que poderiam impulsionar a economia interna ou que ao focar no financiamento da internacionalização de grandes empresas desvirtua o papel de um BD. Além dos componentes econômicos existem traços da política externa no direcionamento e favorecimento de projetos de investimento e planos de expansão. Por exemplo, Sousa (2010) enfatiza o papel do BNDES na política do Presidente Lula de integração da América Latina, estreitamento dos laços com países africanos e de língua portuguesa, mas visando o benefício direto ou indireto de empresas brasileiras. Servindo segundo Vigevani e Cepaluni (2007), como parte da estratégia de ampliação da autonomia política externa através da diversificação colocando a aquisição de ativos no exterior como fator relevante.

De acordo como Demian Fiocca (2006), presidente do BNDES no Biênio 2006/2007, a promoção da internacionalização encampada pelo Banco e Estado relacionada a forte ligação entre comércio exterior e investimento direto (IDE), aumento da competitividade externa e interna. A argumentação tem como base a importância das multinacionais no comércio internacional, capacidade de produção, investimento em pesquisa e desenvolvimento. Levando a presença de programas de incentivo ao crescimento do IDE abrangendo aspectos como fornecimento de informações e assistência, incentivos fiscais e financiamento. Contemplando diferentes tipos de IDE: comercialização e distribuição baseada na exportação; conquista de mercados externos através da construção de unidades produtivas; ganhos de eficiência ao gerar economia de escopo e especialização; e acesso a recursos ao aproveitar a infraestrutura e mão de obra do país receptor. Entretanto, Fiocca lembra que o IDE brasileiro possui má reputação devido as crises externas das décadas recentes e ser vista como forma de perder divisas, exportar poupança e gerar empregos no exterior. Contrabalançado pela globalização que impõe a necessidade de apoio a internacionalização e fortalecimentos de companhias nacionais.

Historicamente, o BNDES possuía linhas de crédito pró-exportação verificada ao longo da sua história que cresceram na década de 1980 como forma de enfrentamento da crise externa. Na época passando a financiar disfarçadamente os investimentos de empresas brasileiras no exterior que buscavam explorar novos mercados na medida em que o interno estava estagnado. Entretanto, a política do Banco no apoio a internacionalização de empresas brasileiras aparece explicitamente em 2002 quando o estatuto Social do BNDES é modificado para autorizar os projetos de IDE. No mesmo ano nasceu o Programa de Apoio a Investimentos de Empresas Brasileiras de Capital Nacional no Exterior visando as áreas de comercialização, logística, infraestrutura de serviços de apoio a exportações, instalação de unidades produtivas no exterior e até formação de *joint ventures* (VEIGA e IGLESIAS, 2003).

A Resolução n. 1.189 de 19 de julho de 2005 coloca o incentivo e as regras ao investimento externo como fundamental para a inserção internacional abrangendo a construção e modernização de unidades produtivas ou aquisição de empresas ou participação acionária em companhias estrangeiras. Em setembro foi aprovada a primeira operação. Segundo Fiocca (2006), os beneficiários do IDE são empresas de capital nacional que desenvolvam atividades industriais e serviços de engenharia que possuam estratégias de longo prazo de internacionalização, como também, investimentos e projetos a serem realizados no exterior que apresentem efeito positivo nas exportações brasileiras. As condições de financiamento consistem em duas modalidades: capitalização da empresa através de valores mobiliários ou financiamento com cláusulas que prevejam compartilhamento de ganhos com o BNDES. Os custos para a empresa contratante são baseados na variação da cesta de moedas ou custo do capital do mercado doméstico, em ambos acrescidos do spread básico e de risco com o prazo negociado caso a caso.

Em dezembro de 2008, como forma de aprofundar os programas de apoio do BNDES (2010d) a internacionalização, foi criada Área Internacional (AINT), estabelecendo como áreas prioritárias: ampliação das operações de captação externa; desenvolvimento do relacionamento institucional em nível internacional; apoio à internacionalização; e elaboração de propostas para atuação internacional estratégica. A qual acumula atribuições como inteligência para atuação externa e coordena o relacionamento com instituições privadas e governamentais, em especial organismos e agências financeiras. Além disso, ela orienta a assinatura de convênios, contratos e acordos entre o Banco e outras instituições. Não apenas responsável pela aplicação de recursos, mas também contraindo financiamentos no exterior através de organismos multilaterais e governamentais. Por exemplo, em 2009 as captações totalizaram US\$ 1,136 bi tendo como origem US\$ 1 bi do BID e US\$ 136 milhões do alemão KfW.

Em agosto de 2009, o BNDES (2010d) lança escritórios de representação em Montevideu, Uruguai. Justificado pelo fato de ser a mesma cidade das sedes da Secretaria e do Parlamento do Mercosul, da Secretaria Geral da Aladi e de várias outras instituições participantes de comitês, conselhos e grupos técnicos voltados à integração regional. Condizentes com a política externa brasileira e do BNDES de promoção da integração regional. Em seguida, a AINT liderou o processo de constituição da subsidiária no Reino Unido com o foco no apoio à internacionalização de empresas brasileiras. Também operando o BNDES Limited baseado na aquisição de participações acionárias em outras companhias produtivas, captando e emprestando recursos através de operações realizadas no exterior. Recentemente, o governo Lula se propôs a criar o Eximbank brasileiro, uma estrutura administrativa dedicada exclusivamente a financiar as exportações e a produção destinada ao mercado exterior constituindo o braço forte do BNDES (ESTADÃO, 2009).

5.3.3 Comparação Internacional

Quando se compara a ação de outros bancos de desenvolvimento com a estratégia do BNDES é perceptível que é uma estratégia comum utilizar os BD para incentivar dar suporte a internacionalização de empresas nacionais. Como exemplos podem ser citados três casos de países muito diferentes, mas que utilizam seus BDs para impulsionar a internacionalização: alemão KfW; coreano KDB; e chinês CDB.

O alemão KfW (2010) fundado em 1948 como instrumento para apoio a reconstrução pós-guerra. Atualmente, uma forte área de financiamento da internacionalização de empresas alemãs e europeias justificado como forma de aumentar a competitividade no mercado global. A introdução de empresas europeias é diretamente relacionado a formação da União Europeia e objetivos políticos de integração regional. Além de financiar programas de progresso econômico e social tendo como mercado alvo países em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Em 2008, do total de desembolsos de EUR 68,7 bi, cerca de 20 foram destinados aos negócios internacionais.

O coreano KDB (2010) foi fundado em 1954 tendo como objetivo impulsionar a industrialização sul-coreana desempenhando um papel fundamental na formação das empresas industriais coreanas absorver empresas insolventes. Durante a crise asiática dos anos 1990 o fardo de ter carregado empresas em dificuldades apareceu forçando a reestruturação e a sua transformação em praticamente banco de investimento, focando nos resultados objetivando estarem entre as 20 maiores instituições financeiras do mundo até 2020. Possui um papel fundamental para a promoção das exportações e internacionalização de empresas sul-coreanas. O Banco apresenta uma estrutura a rede de quatro instituições internas, sete além-mar, cinco subsidiárias e dois escritórios de representação. Tem como foco de atuação as regiões da Ásia, América do Norte e Europa.

O chinês CDB (2010) fundado em 1994 originado da reforma do sistema financeiro objetivando criar instituições para dar suporte ao aprofundamento da industrialização, inserção internacional e competitividade. No cenário internacional fornece recursos para governos, empresas e instituições financeiras com linhas de crédito para diversos investimentos. Ao mesmo tempo, acelerou a expansão global ao inaugurar escritórios em Hong Kong e Cairo, atuando em mais de 78 países e totalizando US\$ 97,4 bilhões em investimentos em 2009 constituindo um dos maiores financiadores de IDE do mundo. A motivação está em colocar as empresas chinesas como grandes *players* do cenário internacional nas próximas décadas e elevar a influência sobre demais países, especialmente em desenvolvimento.

5.4 CONCLUSÃO

O BNDES como uma instituição de fomento e intrinsecamente relacionada com o fortalecimento do setor produtivo e visão do estado sobre os setores prioritário na economia dentro do planejamento de longo prazo. No Brasil, o Banco assume cada vez mais o papel de articulador financeiro para a expansão internacional das empresas brasileiras seguindo a diretriz enunciada pelo governo central através do MDIC que coloca a internacionalização como fundamental para a competitividade e inserção na economia mundial. Além do que trás consigo o componente da política externa ao aumentar a autonomia e influência sobre maior outros países. Tanto que o papel do BNDES na internacionalização foi aprofundado no governo Lula e trás consigo principalmente o projeto de integração latino-americana.

A posição adotada pelo BNDES e Estado brasileiro não é diferente de outros BD e Estados, especialmente de países em desenvolvimento que ganham projeção em termos econômicos e políticos no cenário internacional. Por exemplo, o chinês CDB possui uma estratégia explícita de apoiar a internacionalização das empresas chinesas e a transformação em *players* nas suas áreas de atividade. Constituindo uma rede global de representantes e subsidiárias que também financiam projetos que sejam potencialmente benéficos para a economia chinesa no longo prazo como na exploração de matérias-primas. Ao mesmo tempo, considerando o componente político de elevar a influência sobre possíveis parceiros e aliados.

6 BANCO DO BRASIL E INTERNACIONALIZAÇÃO

O Banco do Brasil (BB) pode ser considerado o mais antigo banco brasileiro nascido em 1808 através do alvará do príncipe regente D. João, mas sofreu profundas transformações ao decorrer do tempo. Ao longo dos séculos exerceu funções de autoridade monetária, agente financeiro do governo federal, instrumento de direcionamento de crédito para agricultura, exportações, indústria e também o papel de banco múltiplo. Atualmente, figura como um dos maiores bancos brasileiros e utiliza as funções públicas como vantagens competitivas.

O marco para a construção do BB atual foi a reforma do sistema financeiro e reestruturação dos bancos públicos advindos da implantação do Plano Real em 1994 em nome da solidez e ganho de eficiência. Assim, como observa Araújo (2001, p. 78 – 79), os ajustes descaracterizaram o BB como um banco público justificado para superar os prejuízos aflorados oriundos dos programas de crédito direcionado e subsidiado, especialmente a equalização das taxas de empréstimos rurais e altas taxas de inadimplência. A solução proposta foi transformar o Banco em uma espécie de instituição privada capaz de competir no mercado, mas buscando a eficiência operacional, controle de riscos de lucratividade. Entretanto, sem abrir mão das suas funções públicas desde que não comprometessem a solidez da instituição.

No âmbito externo o BB é historicamente internacionalizado remetendo a uma estratégia agressiva de inserção entre a década de 1960 e 1970, eclipsada nos anos seguintes devido a crise econômica brasileira e a situação delicada das finanças da instituição. Entretanto, durante o governo Lula (2003 – 2010), a estratégia de inserção no mercado do BB passou a enfatizar a necessidade de conquistar novos mercados e fortalecer-se frente os competidores privados nacionais e internacionais, incluindo a expansão no mercado interno e externo. Contudo, o foco na expansão internacional não apenas acompanha o movimento comercial de bancos privados (Itaú/Unibanco e Bradesco) de busca de novos mercados, mas também segue as diretrizes do Presidente Lula em dar suporte aos investimentos e negócios de empresas brasileiras no exterior.

Para analisar a estratégia de internacionalização do Banco do Brasil o capítulo trabalho está organizado em quatro partes. A primeira aborda o fenômeno da internacionalização bancária e as funções de um banco público. A segunda apresenta a história do BB enfatizando a reestruturação da década de 1990. A terceira apresenta o quadro atual do BB e o posicionamento frente ao mercado nacional. Por fim analisa a estratégia de internacionalização adotada pelo banco.

6.1 PERSPECTIVA HISTÓRICA

Apesar do Banco do Brasil se orgulhar de ter mais de 200 anos de história e figurar entre os bancos mais antigos do país, a história patrocinada pelo BB (2010) enfatiza que existiram vários “Bancos do Brasil” e períodos de descontinuidade (1833 – 1853 e 1893 – 1905). O primeiro BB foi fundado em 1808 quando o Brasil passou a ser a sede da Coroa Portuguesa, liquidado em 1833. O segundo nasceu em 1853 através da fusão do banco criado por Barão de Mauá com o Banco Comercial do Rio de Janeiro, liderada pelo Visconde de Itaboraí, considerado o fundador do Banco do Brasil, desaparecendo em decorrência da fusão com o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil levando ao surgimento do Banco da República do Brasil. Em 1905 o BB foi refundado tomando a forma semelhante a atual como uma das instituições chaves para o apoio ao desenvolvimento nacional. Ao longo do século XX, as funções de instrumento de implementação da política monetária foram paulatinamente sendo retiradas e ganhando cada vez mais características de um Banco.

Como banco público o BB foi fundamental para auxiliar na criação de mecanismos de financiamento de longo prazo tendo como objetivo líder impulsionar a industrialização e desenvolvimento desde a década de 1930. Em um cenário descrito por Studart (1995, p. 114 – 115) de intenso acúmulo de capital em que a ação do Estado para prover a economia de fundos para financiamento de longo prazo, preenchendo o vazio deixado pela iniciativa privada que não conseguiu acompanhar as necessidades do setor real, o banco exerceu papel preponderante. Nesse contexto, o Banco do Brasil instaura programas para o crédito direcionado, especialmente dois em destaque. Um a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial criada em 1936, fundamental para a modernização e expansão do setor agrícola e para impulsionar a industrialização. O outro a Carteira de Comércio Exterior (Cacex) em 1956, substituindo a carteira de Exportação e Importação do BB criada em 1941 (BB, 2011).

A reforma de 1964 tinha como objetivo criar a estrutura financeira capaz de suportar o aprofundamento do processo de industrialização e trazer a iniciativa privada para o financiamento de longo prazo (Studart, 1995, p. 117 – 118). Para o BB significou a perda de atribuições de autoridade monetária para o recém-fundado Banco Central do Brasil (BACEN). Entretanto, o Banco do Brasil permaneceu como “autoridade monetária híbrida” até 1986 ao preservar a estrutura operacional e administrativa de agente financeiro do Tesouro Nacional como arrecadador e pagador, caixa disponível para o Tesouro e das entidades federais, principal instrumento executor da política financeira, encarregado dos programas oficiais de crédito, da política de estoques governamentais (compra e venda de produtos agropecuários) entre outros. Além disso exerceu as funções de receber depósitos voluntários das instituições financeiras, executar o serviço de câmara única de compensação de cheques, suprir o meio circulante em todo o país, realizar adiantamentos a operações de interesse do Tesouro, e aplicar fundos e programas de fomento (BB, 2010, p. 30).

O projeto do BB de se transformar em um banco múltiplo ganhou força na segunda metade da década de 1980. Em 1987 nasceram quatro subsidiárias: BB Financeira S.A.; BB Leasing S.A.; BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. e BB Administradora de Cartões de Crédito S.A. No ano seguinte passou a oferecer novos produtos como o Ourocard, primeiro cartão de múltiplo uso do mercado e serviços como leasing financeiro, além da criação deu uma nova subsidiária a BB Banco de Investimento S.A. (BB, 2011). A reforma bancária de 1988 retirou a conta movimento do BB levando o banco a deixar de exercer as funções de caixa do tesouro nacional (BB, 2010, p. 60 – 61). Assim, o Banco do Brasil passou a fortalecer o movimento de transformação em um banco múltiplo capaz de competir com bancos privados e aos poucos deixar de exercer as funções de autoridade monetária, mas ainda mantendo linhas de crédito e opções de negócios vinculadas as políticas econômicas do Estado.

Na década de 1990, a forma de administração das carteiras de empréstimos e vinculação com o Tesouro Nacional passaram a mostrar a face mais sombria ao indicar prejuízo de R\$ 7,6 bilhões em 1996. Como resposta e parte do plano de reestruturação da indústria bancária do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) como faceta da estratégia de estabilização encabeçada pelo Plano Real, o BB passou pela reestruturação e repensou o modelo de negócio. A linha seguida foi de sanear o banco e aprofundar a capacidade de competição e atuação no mercado frente as instituições privadas, adotando critérios mais rígidos de gestão de riscos, gestão transparente, novos produtos e serviços (*internet bank*, por exemplo), ampliação na atuação dos mercados de capitais, varejo e seguridade. Esta nova atitude ajudou a instituição a receber, em 1998, o certificado ISO 9002 em análise de crédito, o rating nacional máximo da Atlantic Rating "AAA", classificado como instituição da melhor qualidade e considerado pela Bolsa de Valores do Rio de Janeiro a melhor companhia aberta de 1998 (BB, 2011). A mudança de rumos no BB é criticada por autores como Araújo (2001, p. 78 – 79) por descaracterizar a função de banco público e minimizar as funções de bancos estatais.

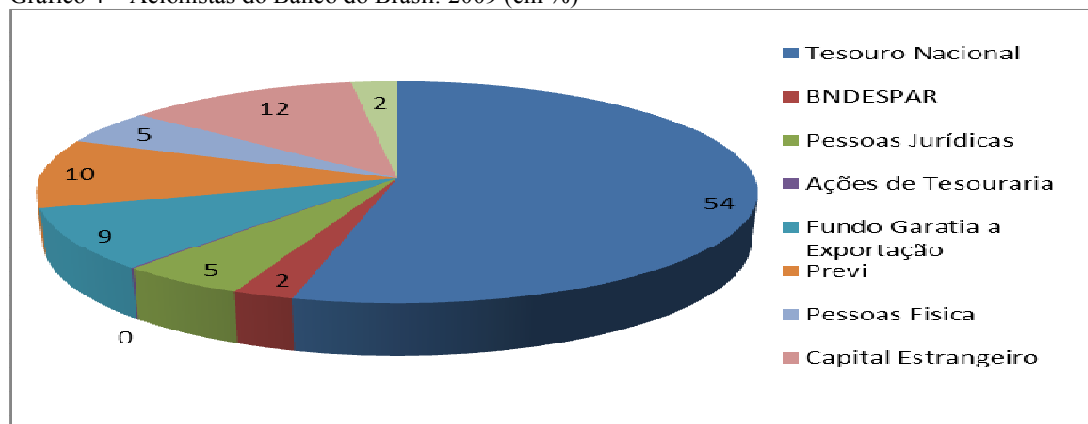
6.2 QUADRO ATUAL E ESTRATÉGIA

Para Paula (2002) a “crise bancária” pós-1994 foi fundamental para mudar a regulamentação do setor e permitir a entrada de bancos estrangeiros beneficiados pela reestruturação de instituições privadas e privatização de bancos estaduais que figuravam como oportunidade para entrada no mercado brasileiro. Este novo quadro das instituições financeiras intensificou-se com a abertura, integração financeira e projetos de expansão de bancos estrangeiros, principalmente europeus. Diante do novo cenário, Freitas (1999) observa que os Bancos são obrigados a repensarem a estratégia de atuação tanto no varejo quanto atacado. Nesta nova conjuntura o mercado passou a ser dominado por grandes instituições que configuram conglomerados financeiros com acirrada disputa pelo mercado local, incluindo agentes estrangeiros que contam com estratégias agressivas de aquisições, introdução de novos produtos, serviços para criar novos nichos de mercados. Entretanto, o foco das operações bancárias reside nas operações de curto prazo e baixo risco (CARVALHO *et al*, 2002).

Para o BB o novo cenário significou o aprofundamento da estratégia de transformação em banco múltiplo tomando forma de um conglomerado financeiro capaz de competir com as grandes instituições privadas nacionais (Unibanco/Itaú) e estrangeiras (Santander e HSBC). Nesse sentido, em 2001 adotou oficialmente a configuração de banco múltiplo justificado como forma de reduzir custos, racionalizar processos e otimizar a gestão financeira e fisco-tributária. A estrutura de comando através da Diretoria Executiva passou a ser composta pelo Conselho Diretor (Presidente e Vice-Presidentes) e demais Diretores, foram criados comitês, subcomitês e comissões para ambos os níveis, colocando três pilares do negócio do banco: atacado, varejo e governo. No ano seguinte alterou o Estatuto Social para ter suas ações negociadas na bolsa de valores nacionais e estrangeiras em busca de garantir a atração de investidores privados para fortalecer o banco, incluindo maior transparência e direito dos acionistas (BB, 2011).

O Tesouro Nacional é o acionista majoritário do BB. Entretanto, pouco menos da metade das ações estão pulverizados entre diversos agentes privados e fundos de pensão com destaque para a participação de 12% de capital estrangeiro (ver Gráfico 4).

Gráfico 4 – Acionistas do Banco do Brasil: 2009 (em %)



Fonte: BB (2010)

A mensagem dos relatórios anuais sobre o Banco do Brasil visando a satisfação, atração de novos investidores e a construção da boa imagem no público em geral enfatiza como em qualquer outra empresa privada a mensagem de ser um bom negócio, uma companhia bem administrada e líder no mercado. Nesse ponto, o Banco busca se destacar competitivo frente aos seus congêneres privados colocando como pontos centrais a estratégia de expansão e solidificação no mercado. As funções de banco público são eclipsadas ou transformadas em vantagens competitivas como, por exemplo, manter o pagamento de grande parte dos servidores públicos. Para isso, a partir de 2006 o BB (2011) iniciou a escalada para a consolidação como conglomerados financeiros:

- Em 2006 atingiu o nível máximo de Governança Corporativa ao aderir ao Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Para isso o Banco em conjunto com o BNDES e PREVI realizaram a operação de Oferta Pública Secundária sendo distribuídas 45,4 milhões de ações ordinárias acrescidas de 6,8 milhões de ações objeto de lote suplementar, totalizando 52,3 milhões de ações. O preço de venda foi R\$ 43,50, perfazendo um total de R\$ 2,3 bilhões.
- Em 2007 foi realizada nova Oferta Pública Secundária que somou R\$ 3,4 bilhões e contou com a participação de 119 mil pessoas físicas. Além de fechar contratos para a operacionalização do pagamento dos estados de Minas Gerais, Maranhão e Bahia levando a abertura de 580,4 mil contas correntes e a emissão de mais de um milhão de cartões de crédito e débito. Iniciou também negociações para incorporação do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc), do Banco do Estado do Piauí (BEP) e do Banco

Regional de Brasília (BRB).

- Em 2008 a Medida Provisória 443 autorizou o Banco do Brasil a comprar participação de bancos e outras instituições financeiras permitindo a aquisição do Banco Nossa Caixa. Além da incorporação dos bancos do Estado do Piauí (BEP) e do Estado de Santa Catarina (Besc), a aquisição da totalidade das ações detidas pela Aliança da Bahia na Companhia de Seguros Aliança.
- Em 2009 o BB e o Tesouro Nacional anunciaram o início de estudos para analisar a viabilidade e conveniência de realização de uma oferta pública primária e/ou secundária de ações, mas mantendo o controle acionário da União. No mais o Banco consolidou a parceria estratégica com o Banco Votorantim, Nossa Caixa e o estudo para a aliança estratégica com a seguradora Mapfre.

Quando o BB tem os grandes números comparados com os grandes bancos nacionais Itaú/Unibanco e Bradesco configura o maior banco múltiplo brasileiro e a estratégia de expansão da década de 2000 buscou defender a liderança. Mesmo a fusão entre Itaú e Unibanco não foi capaz de desbancar o Banco do Brasil apesar de chegar próximo e superar em alguns indicadores. Em relação a eficiência o BB sustenta índices semelhantes ao Itaú/Unibanco e Bradesco (Ver Quadro 1).

Ao olhar as transformações do BB emerge a estratégia de solidificação como conglomerado financeiro de capital aberto que busca eficiência e lucratividade. Assim, o BB perde as características de banco público que sacrifica o desempenho em nome de seu papel como braço do Estado. Em contraponto, ganha importância a visão de mercado sendo necessário a expansão e fortalecimento para ser competitivo e enfrentar as instituições privadas nacionais e estrangeiras. Entretanto, o papel público e de ação do Estado está presente sendo utilizado como vantagem competitiva. Por exemplo, o direcionamento de crédito para a agricultura e exportação. Ou, pontualmente, o aumento da oferta de crédito durante a crise de 2008/2009 como forma de amenizar a retração das instituições privadas corroborando a visão de Novaes (2006) dos bancos públicos agirem de forma anticíclica.

6.3 INTERNACIONALIZAÇÃO

Na história “moderna” do BB abrangendo o período pós-1945 a estratégia de internacionalização aparece como inserida na sua estratégia de atuação. A primeira onda ocorreu nas décadas de 1960/1970, acompanhando a integração financeira e operações internacionais dos grandes bancos. A segunda na década de 2000 em que não basta ter operações no exterior, mas também conquistar mercados de varejo locais exigindo maior envolvimento.

6.3.1 Antecedentes

Os primeiros indícios de inserção internacional do Banco do Brasil ocorreram em 1941 quando foi inaugurada a primeira agência no exterior com sede em Assunção, Paraguai. O advento da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial (1939-1941) abriu a necessidade de escritórios de representação em Roma, Nápoles e Pistóia (posteriormente transferida para Gênova) para atender as necessidades das tropas brasileiras deslocadas para a Itália e atender as embaixadas e consulados brasileiros (BB, 2011). Estas primeiras inserções no mercado internacional estavam ligadas as necessidades estatais em tarefas especiais. Nos anos seguintes foi incorporado o papel de “facilitador” de operações no exterior de empresas brasileiras levando a instalação de agências, subagências, escritórios e subsidiárias.

A inserção internacional do Banco do Brasil permanecia em segundo plano na medida em que o BB estava preso as funções públicas tendo como foco o mercado interno. Nessa linha, em 1956 a criação da carteira de Comércio Exterior (Cacex) tinha como objetivo facilitar as importações e exportações das empresas brasileiras relacionado a necessidade de interação internacional da economia brasileira. Nesse contexto, o movimento de internacionalização ganhou força como forma de cumprir o objetivo de banco público ao facilitar os negócios internacionais de empresas brasileiras e menos uma estratégia deliberada de buscar o mercado internacional. Ao mesmo tempo, Freitas e Prates (2003) observam no escopo da integração econômica, as instituições financeiras escolheram a diversificação geográfica das atividades através da instalação de filiais e/ou subsidiárias em países estrangeiros, mediante operações de fusões e aquisições de instituições domésticas. Dessa forma, como indicam Germidis e Michalet (1984) a internacionalização das instituições financeiras ocorre nas esferas financeiras e de investimentos.

Internamente, a nomeação de Nestor Jost para o Banco do Brasil em 1967 pelo Presidente da República Arthur Costa e Silva foi o marco para a estratégia de internacionalização agressiva indo de encontro ao que as grandes instituições financeiras estavam fazendo. A ponto de começar a figurar como um conglomerado financeiro internacional no começo da década de 1980 (ver Quadro 3).

Quadro 3 – Expansão Internacional do Banco do Brasil: 1960 - 1980

Ano	Fato
1967	Agências na Bolívia em Santa Cruz de la Sierra Negociações para instalação de agências no Perú Filiais e escritórios na Cidade do México (México), Bogotá (Colômbia), Caracas (Venezuela) e Quito (Equador)
1969	Autorização para abertura de filial em Nova York tendo como justificativa o intercambio comercial e financeiro entre Brasil e Estados Unidos
1970	Inauguração da agência em Hamburgo (Alemanha) e início do funcionamento de escritórios em Paris (França), Londres (Grã-Bretanha) e Tóquio (Japão) Instalação em Londres, maior mercado financeiro mundial, e passou a participar do mercado de euromoeças e "reciclagem de petrodólares" O Banco contava com 975 agências em território nacional e 14 no exterior
1971	Criação da European Brazilian Bank Ltd. (Eurobraz) uma empresa de investimentos. Posteriormente, associados a Cia. Arabe et Internationale D'Investissement de luxemburgo, o Banque Arabe et Internationale D' Investissement em Paris, e o Brazilian American Merchant Bank de capital exclusivo do BB em Grand Cayman
1977	Escritórios de representação em Sydney (Austrália) e Lagos (Nigéria). Além da participação em empreendimentos diversos e representado por 36 agências
1980	Rede externa com 61 unidades, três subsidiárias, presente em Viena (Austria), Macau e estudos para a instalação de dependências em Varsóvia (Polônia)
1982	Criação da BB-Leasing Company Ltd. Sediada em Grand Cayman visando o financiamento do arrendamento das plataformas de prospecção de petróleo para a Petrobrás. Na África Mediterrânea, abriu dependências no Cairo, Casablanca e Túnis; ao sul do Saara em Dakar e Libreville. Em Paris inaugurou a BB-Tours Voyages et Tourisme visando a ampliação do turismo para o Brasil.

Fonte: BB (2010)

Nota: Quadro construído pelo autor.

6.3.2 Retração

O impulso para a internacionalização dado por Nestor Jost foi quebrado pelo novo presidente do Banco do Brasil, Karlos Heinz Richbieter que assumiu em 1977 e reorientou as ações do BB para o mercado interno. Porém o BB (2010) estava tão envolvido com o mercado externo que não havia como retroceder. Diante da nova situação decidiu-se enxugar a estrutura da instituição em função do início da crise macroeconômica brasileira e pela crise interna do Banco através de ações como:

- Desativação dos escritórios de representação em Roterdã (Holanda), Genebra (Suíça), Madri (Espanha), Dallas (Estados Unidos), San Juan (Porto Rico) e Teerã (Irã);
- Desativação das agências de Antofagasta, Concepción, Punta Arenas e Valparaíso, no Chile; Cochabamba, na Bolívia; Paysandu e Rivera, no Uruguai; Mendoza, na Argentina; e Colón, no Panamá.
- Encerramento das atividades da Superintendência Regional para a América do Sul e África e das subsidiárias de inteiro controle, Brazilian Finance and Investment Corporation (BFIC) e BB Tours – Voyage et Tourisme, sediadas no Canadá e na França, respectivamente.
- Redução do contingente de empregados de 1.467 funcionários (119 brasileiros e 1.348 locais) para 1.263.
- Desativação dos escritórios em Atlanta (EUA), Varsóvia (Polônia), Dacar (Senegal), Cairo (Egito), Casablanca (Marrocos), Lagos (Nigéria), Libreville (Gabão) e Tunis (Tunísia).
- Em 1987, a rede externa passava para 46 unidades, 65% do que havia sido três anos antes. O continente em que houve mais fechamentos foi o da África, reduzindo de sete para uma única dependência, e o da América do Sul, onde a redução foi de 22 para 14. Foram desativadas as filiais de Valência, Macau e Frankfurt. Os saldos de ativos no exterior continuaram em queda, caindo para o nível de US\$ 18 bilhões.
- A rede externa redirecionou-se para as operações comerciais de curto prazo e procurou dinamizar os negócios em mercados não-tradicionais: operações especiais de ouro, switch, barter, relending, swap de ativos e leasing internacional. Os saldos de ativos no exterior em final mantinham a tendência de queda atingindo US\$ 15 bilhões em 1989.

Ao mesmo tempo em que a rede externa era reestruturada e adensada o BB mantinha elevada participação na troca de ativos da dívida externa brasileira, formalizada em Nassau e Grand Cayman, com instituições financeiras internacionais. Além do apoio as exportações/importações também foram realizados contratos de leasing internacional e concedidas linhas de crédito para emissão de contra garantias bancárias, amparando atividades de empresas.

Na década de 1990, a reestruturação do Banco do Brasil e a estratégia de aprofundamento da transformação em conglomerado financeiro levaram a uma espécie de congelamento das ações no exterior e o foco voltou-se para a consolidação no mercado interno. Entretanto, na década de 2000 a internacionalização voltou a fazer parte da agenda do BB como forma de atingir novos mercados e consolidar o Banco como um grande conglomerado financeiro internacional. Porém a estratégia de internacionalização passou a contemplar o deslocamento das atividades bancárias através da aquisição de bancos no exterior e conquista de mercados de varejo e outros serviços, usufruindo do aprendizado decorrente do mercado interno.

6.3.3 Nova Onda

Na década de 2000, voltou em pauta a internacionalização na estratégia de expansão do Banco do Brasil impulsionado pela necessidade de fortalecimento e manutenção da liderança do mercado bancário e o apoio estatal como um traço da diplomacia e estratégia de inserção internacional da economia brasileira. A visão do banco como uma instituição que visa lucro e resultados ficou evidente em dezembro de 2009 quando conseguiu autorização para negociar as suas ações na bolsa de Nova York (Veja, 2009), em parte utilizado para levantar recursos a fim de impulsionar a sua expansão e aquisição de instituições no exterior. A influência do estado brasileiro é grande ao cobrar que o banco se internacionalize dentro do contexto de uma necessidade maior do Brasil. Tanto que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou em um discurso em 2009 que “o BB precisa virar o banco mais importante da geografia política do nosso continente” (GLOBO, 2009).

Uma atenção especial precisa ser dada a recente aquisição realizada pelo Banco do Brasil: o argentino Banco da Patagônia. Por que representa um passo real e marcante em nome da internacionalização? A compra deste concorrente envolveu a quantia de US\$ 480 milhões para ficar com o controle acionário. Assim, o Banco do Brasil passou a deter 51 por cento do capital votante, exatas 366.825.016 ações, a um preço de 1,3076 dólar por ação, totalizando US\$ 479,66 milhões. Segundo o comunicado, o Patagônia possuía ao fim de 2009 2,57 bilhões de dólares em ativos, carteira com mais de 775 mil clientes e 2.660 funcionários (EXAME, 2010b). Seguido da oficialização do acordo com o banco português Espirito Santo e Bradesco para a expansão das operações na África.

Além desta primeira compra efetiva de um concorrente internacional, começam a aparecer rumores na imprensa sobre a negociação do Banco do Brasil em relação a aquisição de outras instituições no exterior. A ideia é seguir buscando oportunidades, inclusive nos Estados Unidos, em busca de dar início a uma nova fase de aquisições. Um destaque especial é o plano de adquirir um banco norte-americano para se fixar naquele mercado (SEEB, 2010).

É possível identificar alguma similaridade entre a estratégia de internacionalização dos bancos europeus, especialmente os espanhóis. Porque, como observa o estudo da Eurotendência (2011) quando a implantação da União Europeia aparecia como um fato para a década de 1990, que o Estado passou a preparar “núcleos duros” capazes de competir nos mais diversos ramos como telefonia, construção civil, petróleo e atividades bancárias. Para os bancos o Estado espanhol patrocinou a concentração de mercado resultando em 1991 na fusão dos bancos Bilbao e Viscaya, dando origem ao Banco Bilbao y Viscaya (BBV) em 1988, do Central e Hispano, formando o Banco Central Hispano (BCH) em 1991 e aquisição do Banestado pelo Santander em 1994.

Quando o mercado bancário europeu foi integrado com o objetivo de ser um dos suportes da moeda única, o euro, as estruturas bancárias dos países do bloco passaram por transformações profundas levando a destruição de sistemas de concorrência centenários em nome da maior competitividade (ver Chick, 2006 e Dermine, 2002). Este fato forçou a consolidação bancária com a emergência de grandes grupos, prevendo oportunidades de expansão principalmente aos bancos espanhóis, com destaque para o Santander. Além do mais a moeda pan-europeia valorizada e confiável, unida a integração financeira, abertura de mercados bancários em países emergentes e surgimento de novos nichos de mercado nacional favoreceram a internacionalização. Naquela conjuntura, a região extra europeia mais cobiçada foi a América Latina através de aquisições e parcerias.

6.4 CONCLUSÃO

O BB constitui um dos líderes do mercado bancário brasileiro como também um dos grandes conglomerados financeiros. Apesar de ser estatal passou por uma profunda reestruturação na década de 1990 visando sanear as finanças e voltar a ter solidez e competitividade. De um lado, as funções públicas são eclipsadas pela necessidade de resultados e de estratégias que permitam satisfazer os investidores privados e transformar a instituição em autossustentável. De outro, as funções públicas ainda estão adicionadas a visão de negócio do BB, mas são utilizadas como vantagens competitivas e foi criada uma estrutura institucional que não permita que contamine a saúde da instituição.

Sua trajetória no mercado internacional foi beneficiada por tratar-se de um banco público, por um lado e, por outro, reflete as contradições e problemas provocados por esta situação. A trajetória iniciada nas décadas de 1960-70 é bem o reflexo disso. Primeiro houve um intenso crescimento, beneficiado pela abertura de escritórios de representação e agências numa série de cidades nos quatro cantos do mundo. Em seguida, tanto por mudanças na direção do próprio banco como para enfrentar problemas da economia brasileira, houve uma reviravolta nesta política de internacionalização via implantação de filiais para focar novamente o banco no mercado nacional, reduzindo tanto o número de agências como de funcionários mantendo, no entanto, atividades que permitissem as funções estatais de um banco público.

Na nova conjuntura iniciada em meados da década de 1990, o Banco do Brasil deixou para trás a postura de expansão através de abertura de escritórios e agências para comportar-se como uma instituição privada seguindo a necessidade de explorar novos mercados e se firmar como um *player* internacional. Além do mais o BB lidera o movimento de internacionalização dos grandes bancos brasileiros construindo um caminho seguido por Itaú/Unibanco e Bradesco fazendo o uso de aquisições e parcerias para alavancar a expansão. O foco da internacionalização recai sobre as Américas, Europa e África contemplando não apenas o aspecto financeiro e de investimento, mas principalmente o deslocamento das atividades bancárias ao instalar redes de agências e explorar o mercado de varejo. Muito parecido com o que bancos europeus passaram a fazer na década de 1990.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da indústria bancária brasileira acompanhou o processo de industrialização e modernização do país aprofundado a partir da década de 1930. Trabalhos como Rocha (2002) e Studart (1995) quando traçam o panorama histórico do sistema financeiro no Brasil pré-1930 concordam que a indústria bancária era dominada por instituições estrangeiras e o mercado era restrito a grandes clientes, normalmente relacionados a exportação de produtos primários. Pós-1930 com a implantação de políticas pró-industrialização como protecionismo o mercado interno começou a crescer e as pequenas financeiras ou bancos encontraram um ambiente propício a expansão, protegidos da concorrência externa e impulsionados pelas taxas de juros altas e inflação.

Frente ao cenário de mudanças e instabilidade que a industrialização trazia para o país os bancos públicos passaram a incorporar tarefas que não eram cumpridas pela iniciativa privada, especialmente em relação a linhas de financiamento para o setor produtivo que não interessava bancos convencionais devido ao risco e baixa rentabilidade das operações. Assim, bancos estatais como Banco do Brasil e BNDES aumentavam a sua participação no processo de desenvolvimento alavancada pelo apoio estatal.

Nos anos 1960, quando ocorre a reforma Campo-Bulhões, a tentativa de criar um sistema financeiro desenvolvido capaz de dar suporte ao aprofundamento do processo de industrialização resulta em dois movimentos antagônicos e complementares. De um lado, a reforma fracassa e leva a onda de fusões e aquisições na iniciativa privada, como também, o fortalecimento de conglomerados financeiros com grande poder de mercado tais como Bradesco, Itaú, Banco Real e Unibanco (RUBI). Beneficiados pelo cenário de inflação crescente, juros altos e endividamento público que abria margem a ganhos especulativos. De outro, fortalece o papel dos bancos públicos na medida em que não atrai a iniciativa privada para financiar o setor produtivo forçando o crescimento de instituições como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e BNDES. Tanto que um dos primeiros bancos brasileiros a buscar a inserção internacional é o BB ao abrir agências no exterior, estar presente nos principais mercados financeiros mundiais e participar de operações financeiras de grande porte como reciclagem de petrodólares e negociação dos títulos da dívida externa brasileira.

Na década de 1990, a estabilização proveniente do Plano Real e a reestruturação do setor forçam os bancos privados a repensarem o modelo de negócio. Primeiramente, adaptando-se a queda do imposto inflacionário por meio de aumento de tarifas e aumento da oferta de crédito. Posteriormente, se preparando para enfrentar a concorrência estrangeira, principalmente proveniente da Europa, a partir da medida do governo FHC em internacionalizar e desnacionalizar o mercado bancário. Como resposta os bancos privados nacionais mais importantes se fortalecem, nominalmente Bradesco, Itaú e Unibanco, focando na adaptação as novas condições de mercado, buscando se transformarem em conglomerados financeiros competitivos e , assim, evitar ter o mesmo destino que o Banco Real vendido ao Holandês ABN Amro.

Na esfera pública, os bancos estatais passaram por processos de reestruturação que incluíam repensar a forma de exercer as funções públicas de forma que não prejudicassem o desempenho e solidez da instituição. No caso do BB transforma a instituição em praticamente um banco privado utilizando as vantagens de ser um conglomerado financeiro e de nichos públicos exclusivos (pagamento de servidores federais, por exemplo) como vantagem competitiva. Apesar de ter como principal acionista o Estado, possui ações negociadas nem bolsas de valores como Bovespa e Nova York. Para o BNDES a reestruturação da década de 1990 significou o fortalecimento da sua atuação na economia ao apoiar técnica e financeiramente o processo de privatizações, mas também incorporar que a instituição precisa ser sólida e responsável na concessão de empréstimos e apoio a companhias privadas, para continuar efetuando a função de fomentar o setor produtivo no longo prazo. Não chega ao extremo como do coreano KDB que é praticamente um banco de investimentos internacional, mas os resultados não são negligenciados.

Da reestruturação e desnacionalização da indústria bancária da década de 1990 emergem na iniciativa privada duas instituições fortes que potencialmente possuem condições de competir no mercado internacional a semelhança dos bancos europeus: Bradesco e Itaú/Unibanco. Considerando que a fusão entre os dois grandes bancos brasileiros Itaú e Unibanco justificaram o processo de fusão em 2008 como forma de ganhar musculatura e impulsionar a internacionalização, tendo como focos América Latina e Europa. Na esfera pública, o Banco do Brasil lidera o processo de internacionalização de conglomerados financeiros nacionais ao adquirir instituições e fortalecer operações na América Latina, Estados Unidos, Europa, África e Ásia. Tanto na esfera de banco múltiplo ao adquirir instituições locais quando de acompanhar a necessidade de empresas brasileiras no exterior, fazendo o uso do papel importante no processo de importação e exportação para buscar vantagens competitivas. Além de essas instituições contarem com o apoio do governo Lula e um cenário propício a internacionalização.

Para o BNDES a gestão Lula impulsiona o seu papel como instrumento público para fortalecimento e crescimento do setor produtivo, adicionando a faceta de funcionar como parte da política externa ao exercitar o poder financeiro nacional e inserção proativa na economia mundial. Dessa forma, a visão do BNDES sobre a internacionalização está relacionada a acompanhar o movimento de empresas brasileiras no exterior e o desenho da política externa, financiando empreendimentos que beneficiem direta ou indiretamente as empresas brasileiras e por consequência permitam o aumento da competitividade no cenário externo. Como também angariando fundos nos principais mercados financeiros do mundo e os utilizando para sua função de apoiar o setor produtivo. Seguindo o exemplo de outros bancos de desenvolvimento como chinês CDB e coreano KDB.

Dessa forma, o cenário que emerge das reestruturações da década de 1990 é ter internacionalizado a indústria bancária brasileira ao permitir a competição com instituições estrangeiras, mas fortalecer os grandes bancos privados e públicos nacionais. Na década de 2000, começa a figurar o movimento inverso de bancos nacionais fortalecidos começarem movimentos de internacionalização utilizando as vantagens competitivas no caso dos bancos múltiplos e de acompanhar a internacionalização produtiva para o BNDES. Portanto, passa a criar a tendência de entrelaçamento entre a indústria bancária nacional e internacional.

REFERÊNCIAS

- ABDELAL, R.; RUGGIE, J. (2009). The Principles of Embedded Liberalism: social legitimacy and global capitalism. In: MOSS, D.; CISTERNINO, J. (Orgs.). **New Perspective on Regulation**. Cambridge: The Tobin Project, p. 151 – 162.
- ALEM, C.; CAVALCANTI, C. E. (2005). O BNDES e o Apoio à Internacionalização das Empresas Brasileiras: algumas reflexões. **Revista do BNDES**, Vol. 12, n. 24, p. 43 – 76.
- ALIBER, R.Z. (1984). International Banking: a survey. **Journal of Money, Credit and Banking**, Vol. 16, n. 4, p. 661-678.
- ALMEIDA, J. S. G. (1984). **As Reformas Financeiras de 1964-65**: objetivos, rumos e desvios. IEI/UFRJ, Texto para discussão, n. 59.
- AGHION, B.A. (1999). Development Banking. **Journal of Development Economics**. vol. 58, n. 1.
- ANDERSON, P. (1995). Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E e GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-Neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23.
- ARAÚJO, E. L. A. (2001). **Os Bancos Públicos Frente ao Processo de Privatização e Internacionalização Bancária no Brasil nos Anos 90**. Dissertação de Mestrado Apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- BANCO MUNDIAL. (2010). **Multilateral Development Banks**. Disponível em: < <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTABOUTUS/0,,contentMDK:20040614~menuPK:41699~pagePK:43912~piPK:44037~theSitePK:29708,00.html> > Acesso em: 29. dez. 2010.
- BNDES. (2011). **Boletim de Desempenho**. Disponível em: < http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/bol.pdf > Acesso em: 20 fev. 2011.
- BB. (2010). **Banco do Brasil 200 Anos de História: 1964 – 2008**. Belo Horizonte: Del Rey, Fazenda Comunicação & Marketing.
- BB. (2010b). **Relatório Anual 2009**. Disponível em: < <http://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2008/default.htm> > Acesso em: 15 mar. 2010.
- BERGER, A.N.; DEYOUNG, R.; GENAY, H.; UDELL, G. F. (2000). **Globalization of Financial Institutions**: evidence from cross-border banking performance. Working Paper WP-99-25, Federal Reserve Bank of Chicago.
- BERGER, A. N.; DEMSETZ, R. S.; STRAHAN, P. E. (1999). The Consolidation of the Financial Services Industry: Causes, Consequences, and Implications for the Future. **Journal of Banking and Finance**, Vol. 23, p. 135 – 194.
- BERGER, A.; KASHYAP, A.; SCALISE, J.(1995). The Transformation of the U. S. Banking Industry: what a long, strange It's been. In: BRAINARD, W.; PERRY, G. (Orgs.). **Brookings Papers on Economic Activity**, Vol. 2, p. 55 – 216.

BIS. (2000). **Report on Consolidation in the Financial Sector**. Disponível em: < <http://www.bis.org/publ/gten05.pdf> > Acesso em 05 jan. 2011.

BNDES. (2010). **Onde Estou? Página Inicial > O BNDES > A Empresa**. Disponível em: < http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/historia.html > Acesso em: 24 dez. 2010.

BNDES. (2010b). **Onde Estou? Página Inicial > BNDES transparente > Privatização**. Disponível em: < http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Privatizacao/index.html > Acesso em: 24 dez. 2010.

BNDES. (2010c). **Onde Estou? Página Inicial > Relação com os Investidores > Desempenho**. Disponível em: < http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Relacao_Com_Investidores/Desempenho/ > Acesso em: 24 dez. 2010.

BNDES. (2010d). **Relatório Anual 2009**. Disponível em: < http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/ra2009/relatorio_anual2009.pdf > Acesso: 20 fev. 2011.

BNDES. (2009). **Presidente Lula Inaugura Subsidiária do BNDES em Londres**. Disponível em: < http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2009/Institucional/20091105_londres2.html > Acesso em: 19 dez. 2010.

BRADESCO. (2010). **Relatório Anual 2009**. Disponível em: < http://www.bradesco.com.br/site/conteudo/download/Download.aspx?file=%7e%2fuploads%2fRelatorio_Anual_2009_port.pdf > Acesso em: 21 mar. 2010.

BRUCK, N. (2002). **The Role of Development Banks in the Twenty-First Century. Principles and Practices of Development Banking**. Manila: Association of Development Financing Institutions in Asia and the Pacific/Institute of Development Finance (ADFIAP/IDF).

PAULA, L. F.; ALVES, A. (2003). Banking Behavior and the Brazilian Economy After the Real Plan: a Post-Keynesian Approach. **Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review**, n. 227, p. 337-365, Dezembro.

CARVALHO, C. E.; STUART, R.; ALVES Jr., A. J. (2002). **Desnacionalização do Setor Bancário e Financiamento das Empresas**: a experiência brasileira recente. IPEA, Textos Para Discussão nº 882.

CARVALHO, C. E.; OLIVEIRA, G. C. (2001). **Fragilização de Grandes Bancos no Início do Plano Real**. PEPGEP – PUC-SP, Texto para Discussão 13/2001. Disponível em: < <http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/Ecopol/2001/TD1301.pdf> > Acesso em: 20 out. 2010.

CERVO, A. L. (2010). **A História Econômica do Brasil**: balanço de realizações e desafios. Disponível em: < [www.uece.br/nitxx2/index.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%](http://www.uece.br/nitxx2/index.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%3Fdoc_id%3D1301) >

[26gid%3D989%26Itemid%3D157+A+História+Econômica+do+Brasil:+balanço+de+realizaçõ](#) > Acesso em 01 jan. 2011.

CDB (2010). **Annual Report 2009**. Disponível em: < www.cdb.lk/files/downloads/CDBAnnualReport2009 > Acesso em: 20 fev. 2011.

CIMOLI, M.; CORREA, N.; KATZ, J.; STUDART, R. (2003). **Institutional Requirements for Market-Led Development in Latin America**. Munich Personal RePEc Archive – MPRA, Paper n. 2756, novembro. Disponível em: < <http://mpa.ub.uni-muenchen.de/2756/> > Acesso em: 30 out. 2009.

CINTRA, M. A. M. (2009). Crédito Público e Desenvolvimento Econômico: a experiência brasileira. In: FERREIRA, F. M.; MEIRELLES, B. B. (Orgs.). **Ensaio sobre a Economia Financeira**. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, p. 57 - 108.

CHESNAIS, F. (1997). A Emergência de um Regime de Acumulação Mundial Predominantemente Financeiro. **Praga: estudos marxistas**, nº 3, setembro, p. 19-46.

CHICK, V. (2006). Bancos e Regiões: algumas lições da experiência europeia. In: CROCCO, M.; JAYME JR.; F. G. (Orgs.). **Moeda e Território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira**. Coleção Economia e Sociedade, São Paulo e Belo Horizonte: Autêntica, p. 79 – 92.

CHICK, V.; Dow, S. C. (1997). Competition and the Future of the European Banking Financial System. In: COHEN, A.; HAGEMANN, H.; SMITHIN, J. (Orgs.) **Money, Financial Institutions and Macroeconomics**. Boston: Kluwer, p. 253 – 270.

CONNE, J. (2010). HSBC, Histoire D'eau et D'opium. In: **Le Monde Diplomatique**, fevereiro. Disponível em: < <http://www.monde-diplomatique.fr/2010/02/CONNE/18827> > Acesso em: 30 nov. 2010.

CORAZZA, G. (2000). **Crise e Reestruturação Bancária no Brasil**. Disponível em: < www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2000_08.pdf > Acesso em: 03 mar. 2010.

CORAZZA, G.; OLIBEIRA, R. (2007). Os Bancos Nacionais Face à Internacionalização do Sistema Bancário Brasileiro. **Análise Econômica (UFRGS)**, Vol. 25, p. 151-184.

COSTA, F. N. (2010). **Desnacionalização: reserva e abertura do mercado aos Bancos Estrangeiros**. Disponível em: < fernandonogueiracosta.files.wordpress.com/.../aula-3-desnacionalizac3a7c3a3o-bancc3a1ria.pdf > acesso em: 02 jan. 2011.

COSTA, F. N. (2002). **Origem do Capital Bancário no Brasil: o caso Rubi**. Textos para Discussão IE/UNICAMP, nº 106, março.

COSTA, F. N.; DOES, S. S. (2002). Reflexões Sobre o Financiamento na Economia Brasileira. Textos para Discussão IE/UNICAMP, nº 109, abril.

COUTINHO, L.; BELLUZZO, L. G. (1998). “Financeirização” da Riqueza, Inflação de Ativos e Decisões de Gasto em Economias Abertas. **Economia e Sociedade**, nº 11. Campinas: IE/Unicamp, dezembro, p. 137-50.

DAGES, B.; GOLDBERG, L.; KINNEY, D. (2000). Foreign and domestic bank participation in emerging markets: lessons from Mexico and Argentina. **FRBNY Economic Policy Review**, setembro, p. 17 – 36.

DATHEIN, R. (2005). Sistema Monetário Internacional e Globalização Financeira nos Sessenta Anos de Bretton Woods. **Revista Soc. bras. Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 51-73.

DEMINGUC-KUNT, A.; HUIZINGA, H. (1998). **Determinants of Commercial Bank Interest Margins and Profitability**: some international evidence. World Bank Discussion Paper, n. 1900, março.

DERMINE, J. (2002). **European Banking**: past, present and future. In: The Transformation of the European Financial System, Conference Paper, outubro. Disponível em: < www.ecb.int/events/pdf/conferences/dermine_comp.pdf > Acesso em 30 jun. 2010.

DIAMOND, W. (1957). **Development Banks**. Baltimore: Johns Hopkins Press.

DYMSKI, G. (2007). Exclusão e Eficiência: a transformação global do core banking, um Estudo de caso sobre o Brasil. In: PAULA, L. F.; OREIRO, J. L. (Orgs). **Sistema Financeiro**: uma análise do setor bancário brasileiro. São Paulo: Campus, p. 255 – 283.

DYMSKI, G. (2000). **The Bank Merger Wave and the Future of U. S. Banking**. Disponível em: < http://economics.ucr.edu/people/dymski/rioba_paper.pdf > Acesso em: 02 out. 2010

DYMSKI, G. (1999). **The Bank Merger Wave**: the economic causes and social consequences of financial consolidation. Nova York: Sharpe.

DUNNING, J. (1988). The Eclectic Paradigm of International Production: a restatement and some possible extensions. **Journal of International Business Studies**, 1988, p. 1 – 31.

EABH. (1994). **Handbook on the History of European Banks**. Vermont: Edward Elgar Publishing Company.

ESTADÃO. (2009). **Governo vai lançar o Eximbank para financiar as exportações brasileiras**. Disponível em: < http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090527/not_imp377471,0.php > Acesso em: 09 jan. 2011.

EICHENGREEN, B. (2008). **Globalizing Capital**: a history of the international monetary system, Ed. 2°. Princeton: Princeton University Press.

EICHENGREEN, B. (2004). **Global Imbalances and the Lesson of Bretton Woods**. NBER, Working Paper nº 10497. Disponível em: < www.nber.org/papers/w10497 > Acesso em 25 abr. 2008.

EUROTENDÊNCIAS. (2011). **Espanha – Privatizações, “Núcleos Duros” e Grupos Bancários**: Uma Análise da Estratégia de Internacionalização de Espanha. Disponível em: < http://www.dpp.pt/Workshops/Olhares_Economia_Espanhola/Espanha_Privatizacoes.pdf > Acesso em 01 jan. 2011.

EXAME. (2010). **Bradesco Deve Comprar Banco IBI no México**. Publicado em: 20 jan. Disponível em: < <http://exame.abril.com.br/negocios/empresas/noticias/bradesco-deve-comprar-banco-ibi-mexico-527402> > Acesso em: 24 mar. 2011.

EXAME. (2010b). **BB Compra Banco Argentino Patagônia por US\$ 480 milhões**. Disponível em: < <http://portalexame.abril.com.br/negocios/noticias/banco-brasil-compra-argentino-banco-patagonia-r-480-milhoes-551747.html> > Acesso em: 25 abr. 2010.

FBF. (2003). **History of Banks in France**. Disponível em: < http://www.fbf.fr/web/Internet2010/Content_EN.nsf/List?ReadForm&RestrictToCategory=888HJ4 > Acesso em: 13 dez. 2010.

FIOCCA, D. (2006). O BNDES e a Internacionalização de Empresas Brasileiras. Apresentação no Seminário “**As Novas Multinacionais Brasileiras**”. FIRJAN, Rio de Janeiro, 29 mai.

FOCARELLI, D.; POZZOLO, A. F., (2000). **The Determinants of Cross-Border Bank Share holdings**: an Analysis with Bank-Level Data from OECD Countries. Papers 381, Banca Italia - Servizio di Studi.

FOLHA ONLINE. (2008). Itaú e Unibanco Planejam Ser Banco Internacional em Cinco Anos. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u463648.shtml> > Acesso em: 20 jun. 2010.

FREITAS, M. C. P. (1999). A Abertura do Sistema Bancário Brasileiro ao Capital Estrangeiro. In: FREITAS, M. C. P. (Org.). **Abertura do sistema financeiro no Brasil nos anos 90**. Brasília: IPEA; São Paulo: Edições Fundap\ Fapesp, p. 101-172.

FREITAS, M. C. P.; PRATES, D. M. (2003). Sistema financeiro e desenvolvimento: as restrições das novas regras do Comitê da Basileia sobre os países periféricos. In: FERRAZ, J. C.; CROCCO, M. A.; ELIAS, L. A. (Orgs). **Liberalização Econômica e Desenvolvimento**, Rio de Janeiro: Editora Futura, p. 234-216.

GERMIDIS, D.; MICHALET, C. (1984). **International Banks and Financial Markets in Developing Countries**. Paris: OECD.

GERSCHENKRON, A. (1962). **Economic Backwardness in Historical Perspective**. Cambridge: Harvard University Press.

GLOBO. (2009). **Lula Cobra Internacionalização do BB e Sugere novas Aquisições de Bancos**. Publicado no Globo, 21 jul. 2009.

GOLDSTEIN, M.; TURNER, P. (1996) **Banking Crises in Emerging Countries**: origins and policy options. BIS Economic Papers, n. 46, outubro.

GRUDEL, H. (1977). The Theory of Multinational Banking. **Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review**, n. 123, p. 349-363.

GUINNANE, T.W. (2002). Delegated Monitors, Large and Small: germanys banking system 1800–1913. **Journal of Economic Literature**, n. 40, p. 73–124.

HANSON, J. A. (2004). The Transformation of State-Owned Banks. In: CAPRIO, G. et al. (Orgs.). **The Future of State-Owned Financial Institutions**. Washington: The Brookings Institutions.

HERMANN, J. (2010). Development Banks in the Financial-Liberalization Era: the case of BNDES in Brazil. **Cepal Review**, n. 100, abril.

HOGGSON, N. F. (2007). **Banking Through the Ages: from the romans to the Medicis – from the dutch to the Rotschids**. Nova York:Cosimo Classics.

ILO. (2009). Impact of the Financial Crisis on Finance Sector Workers. In: **International Labour Organization: sectorial activities programme**, n. GDFFCW/2009/1. Genova, 24-25 fevereiro.

INFONET. (2010). **Conheça as Vantagens e Tarifas das Contas Universitárias**. Publicado em 23 fev. Disponível em: < <http://www.infonet.com.br/economia/ler.asp?id=95174&titulo=especial> > Acesso em: 21 dez. 2010.

ITAÚ/UNIBANCO. (2010). **Relatório Anual 2009**. Disponível em: < http://ww13.itaubr.com.br/PortalRI/HTML/port/infoplan/ra/2009/itaubanco_RA_2009.pdf > Acesso em: 03 mar. 2010.

ITAÚ/UNIBANCO. (2010b). **Associação Entre Itaú e Unibanco Cria um dos Maiores Bancos do Hemisfério Sul**. Disponível em: < <http://ww13.itaubr.com.br/portalri/index.aspx?idioma=port> > Acesso em: 25 fev. 2010.

JONES, G. (1990). Competitive Advances in British Multinational Banking Since 1990. In: JONES, G. (Org.). **Banks as Multinationals**. Nova York: Routledge. p. 30 - 61.

KATZ, J. (2005). A Dinâmica do Aprendizado Tecnológico no Período de Substituição das Importações e as Recentes Mudanças Estruturais no Setor Industrial da Argentina, do Brasil e do México. In: KIM, L.; NELSON, R. R. (Orgs.). **Tecnologia, Aprendizado e Inovação: as experiências das economias de industrialização recente**. Campinas: Editora Unicamp, p. 267 – 296.

KDB (2010). **2009 Annual Report**. Disponível em: < <http://www.kdb.co.kr/screen/jsp/IHEng/IHEngUIrs03010011E.jsp> > Acesso em: 20 fev. 2011.

KfW. (2010). **Annual Report 2009**. Disponível em: < http://www.kfw.de/kfw/en/I/II/Download_Center/Financial_Publications/Financial_publications/2_Jahresberichte_E/KfW_Jahresbericht_2009_EN_barrierefrei.pdf > Acesso em: 20 fev. 2011.

KINDLEBERGER, C. P. (1969). **American Business Abroad: Six Lectures on Direct Investment**. New Haven: Yale University Press.

MACARINI, J. P. (2007). **A Política Bancária do Regime Militar: o projeto do conglomerado (1967 – 1973)**. Textos para Discussão IE/UNICAMP, nº 124, janeiro.

MATHIESON, D. J.; SCHINASI, G. J. (2000). The Role of Foreign Banks in Emerging Markets. In: **International Capital Markets: development, prospects, and key policy issues**. Washington: International Monetary Fund.

MDIC. (2011). **Início > Objetivos > Estratégias**. Disponível em: < <http://www.desenvolvimento.gov.br/pdp/index.php/sitio/conteudo/conteudo/2/0/165> > Acesso em: 09 jan. 2011.

MICCO, A.; PANIZZA, U. (2006). **Bank Ownership and Lending Behavior**. Central Bank of Chile, Working Paper n. 369, Julho.

MISHKIN, F. (2005). Is Financial Globalization Beneficial? NBER Working Paper 11891. Disponível em: < <http://www.nber.org/papers/w11891> > Acesso em 02 dez. 2010.

MISHKIN, F. S. (1998). **Financial Consolidation: dangers and opportunities**. NBER Working Paper n. 6655. Disponível em: < www.nber.org/papers/w6655 > Acesso em: 20 jun. 2010.

MISHKIN, F. S. (1996). **Bank Consolidation: a central banker's perspective**. NBER Working Paper 5849. Disponível em: < <http://www.nber.org/papers/w5849> > Acesso em 02 dez. 2010.

NOVAES, A.. (2006). Intermediação Financeira, Bancos Estatais e o Mercado de Capitais – A Experiência Internacional. In: **3º Seminário ANBID de Mercado de Capitais**. Disponível em: < http://www.anbid.com.br/institucional/documentos_download/Bcos_Estatais_Intern_071106.pdf > Acesso em 01 jan. 2011.

PAULA, L. F. (2003). The Determinants of the Entry of Foreign Banks in Brazil. In: **V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas ABPHE**, Caxambu, MG - 7 a 10 de setembro.

PAULA, L. F. (2002). **Bancos Europeus no Brasil: razões e resultados da onda recente**. Disponível em: < http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/bancos_europeus_no_brasil.pdf > Acesso em: 15 set. 2010.

PAULA, L. F.; ALVES JR, A. (2006). **The Determinants and Effects of Foreign Bank Entry in Argentina and Brazil: a comparative analysis**. Disponível em: < http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/foreign_bank_argentina_brazil_investigacion.pdf > Acesso em: 26 out. 2010.

POLANYI, K. (2001). **The Great Transformation: the political and economic origins of our time**. Boston: Beacon.

REIS, J.G.A.; VALADARES, S.M. (2004). **Reforma do Sistema Financeiro do Brasil: implementação recente e perspectivas**. Disponível em: < <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=355463> > Acesso em: 21 out. 2010.

RICH, G.; WALTER, C. (1993). The Future of Universal Banking. **Cato Journal**, Vol. 13, n. 2, p. 289 – 313.

ROCHA, F. A. S. (2002). **Desnacionalização Bancária no Brasil (1997 – 2000)**. Dissertação de Mestrado Apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

RUGGIE, J. G. (1982). International Regimes, Transactions, and Changes: embedded liberalism in postwar economic order. **International Organization**, Vol. 36, n. 2, p. 379 – 415.

RUSSELL, E. D. (2008). **New Deal Banking Reforms and Keynesian Welfare State Capitalism**. Nova York: Routledge.

SANTISO, J. (2008). La Emergencia de las Multilatinas. **Revista de La Cepal**, n. 95, p. 7 – 30.

SCHUMPETER, J. (1934). **The Theory of Economic Development**. Harvard University Press: Cambridge.

SEBASTIÁN, M.; HERNANSANZ, C. (2000). **The Spanish Banks Strategy in Latin America**. Société Universitaire Européenne de Recherches Financières, Vienna.

SEEB. (2010). **Internacionalização dos Bancos Brasileiros**. Disponível em: < http://www.seebfloripa.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=687:bancos-brasileiros&catid=79:economia > Acesso em: 04 abr. 2010.

SOUSA, A. T. L. M. (2010). A Presença de Empresas Multinacionais Brasileiras na América do Sul: uma visão particular das políticas brasileiras para a integração regional. In: **II Seminário Nacional Sociologia & Política UFPR: tendências e desafios contemporâneos**, Curitiba.

STUDART, R. (1995). **Investment in Economic Development**. Routledge: Londres e Nova York.

SYLLA, R. (2010). The U. S. Banking System: origin, development, and regulation. In: **The Gilder Lehrman Institute of American History**. Disponível em: < http://www.gilderlehrman.org/historynow/06_2010/historian2.php > Acesso em 13 dez. 2010.

TAVARES, M.C. (2000). Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil. In: Bielschowsky, R. (Org.). **Cinquenta anos de Pensamento da CEPAL**. São Paulo: Editora Record.

TORRES FILHO, E. T. (2009). Mecanismos de Direcionamento do Crédito, Bancos de Desenvolvimento e a Experiência Recente do BNDES. In: FERREIRA, F. M. R.; MEIRELLES, B. B. (Orgs.). **Ensaio sobre a Economia Financeira**. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, p. 10 – 56.

VALOR ON-LINE. (2010). **Plano de Internacionalização Volta ao Foco do Itaú Unibanco**. Publicado em: 17 ago. Disponível em: < <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/valor/2010/08/17/plano-de-internacionalizacao-volta-ao-foco-do-itaunibanco.jhtm> > Acesso em: 24 mar. 2011.

VALOR ON-LINE. (2010b). **Bradesco: ida ao México não significa internacionalização**. Disponível em < <http://www.valoronline.com.br/online/bancos/29/303291/internacionalizacao-volta-ao-foco-do-itaunibanco> > Publicado em: 25 jan. 2011.

VEIGA, P.; IGLESIAS, R. M.. (2003). **Políticas de Incentivo às Exportações no Brasil entre 1964 e 2002: Resenha de Estudos Seleccionados**. Ministério da Fazenda – Secretaria de Assuntos Internacionais. Série Temas de Economia Internacional no. 2. Brasília, dezembro.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. (2007). A Política Externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, Vol. 29, nº 2, julho/dezembro, p. 273 – 335.

WELLER, C. E. (2000). Banking on Multinationals: increased competition from large foreign lenders threatens domestic banks, raises financial instability. **Economic Policy Institute**, n. 178, abril.

YEYATI, E.; MICCO, A.; PANIZZA, U. (2005). **State-Owned Banks**: they promote or depress financial development and economic growth? Disponível em: < www.iadb.org/res/publications/pubfiles/pubS-491.pdf > Acesso em 29 dez. 2009.